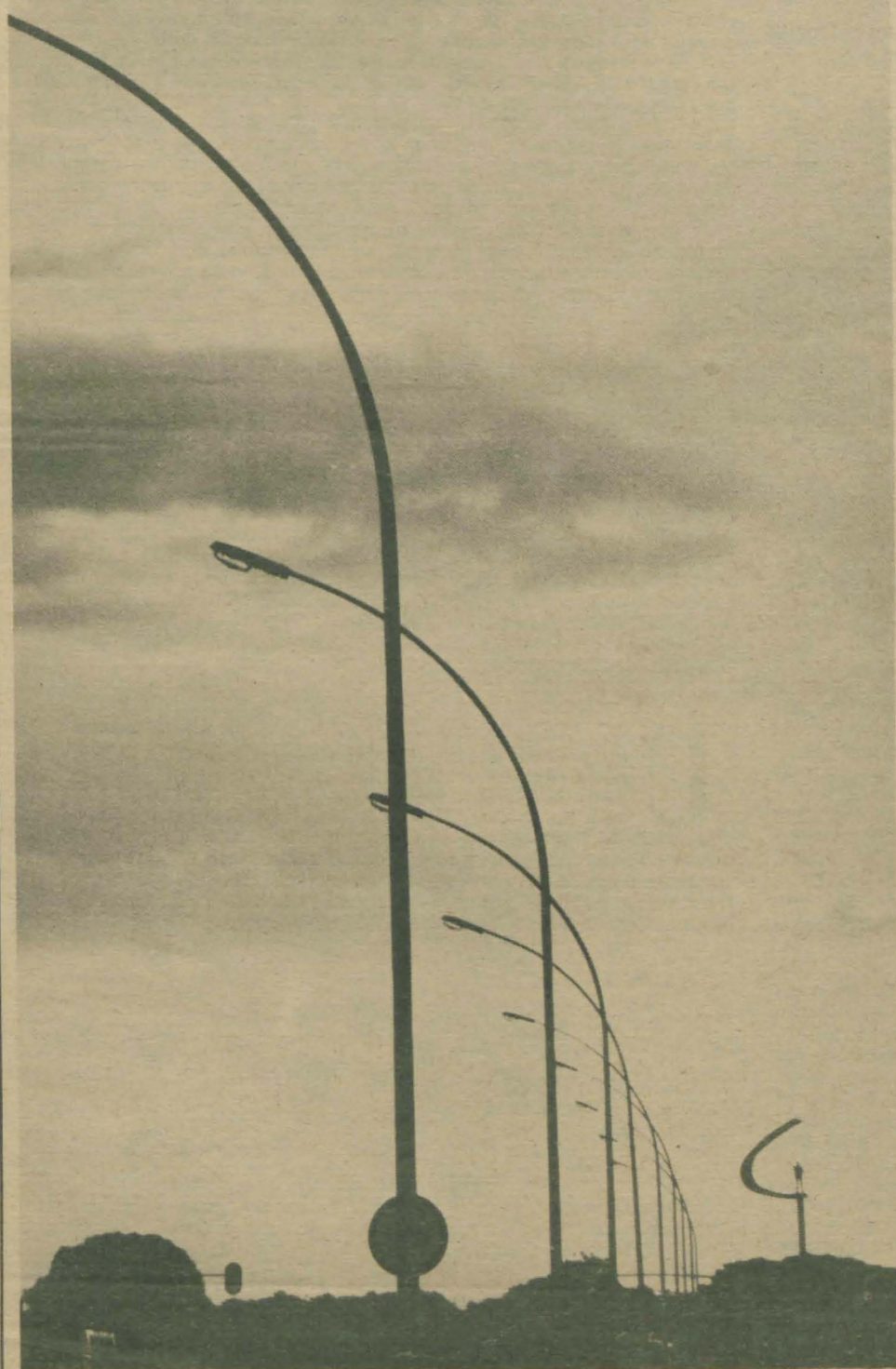


Foto de Nicolau El-Moor



BRASÍLIA

A história de um plano frustrado

Planejada com a finalidade de tornar-se uma cidade fora dos padrões tradicionais, Brasília, em seus 25 anos de existência, enfrenta problemas que não estavam previstos em sua concepção original. Tida como modelo arquitetônico, mas limitada em termos de espaço, a "Capital da Esperança" se depara com problemas inerentes às grandes cidades. Aumento da população, desemprego, saneamento, são algumas das dificuldades que vive hoje a Brasília real. (págs. 5, 6 e 7)

TANCREDO

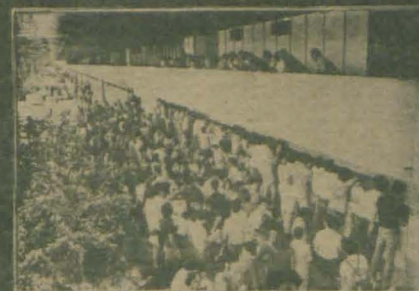
Compromisso com a Nova Universidade

No Campus nº 69, de dezembro de 1984, a redação registrava a histórica passagem do então candidato Tancredo Neves pela UnB. Naquele 22 de dezembro, Tancredo lançava, da Universidade que ajudara a criar como Primeiro Ministro, as bases do que seria a Nova Universidade em seu governo. O **Campus**, mais do que cumprir com uma obrigação jornalística, reiterava o seu compromisso com a democratização da Universidade e sua abertura à sociedade brasileira, pontos fundamentais do discurso de Tancredo. Continuaremos firmes na defesa desse compromisso, juntamente com toda a comunidade universitária, persistindo na luta pela conquista dos ideais defendidos pelo Presidente Tancredo Neves.

Campus

Jornal-laboratório d
Departamen o d
Comunicação da Un
n 69 - 2ª Quinzen
Dezembro 198

TANCREDO NA UnB



Na UnB, universidade que ajudou a criar como primeiro-ministro de João Goulart, Tancredo Neves lançou as bases do seu programa para o ensino superior. Em anfiteatro superlotado, com gente espalhada até pelo lado de fora, o candidato da Aliança Democrática fez uma contundente defesa da universidade pública e da retomada da educação como valor democrático. (Páginas 8, 9 e 10)

ESPAÇO

Apartamento pós-funcional

Rudolfo Lago

Dentre os vários privilégios que o ex-reitor Azevedo inventou durante a sua administração na Universidade de Brasília estava um apartamento na SQS 111, cujo aluguel era pago pela FUB. Embora a legislação que regula as fundações afirme ser proibida a essas instituições alugar apartamentos se têm outros imóveis semelhantes vagos, parece lógico que Azevedo não poderia de forma nenhuma co-habitar com seus ignóbeis colegas professores, que insistiam em não aceitar o seu modelo facista de administração universitária.

Mestre Azevedo, no entanto, deixou a reitoria, mas não o apartamento. Como o seu aluguel vence no dia 19 deste mês, o atual reitor Luís Otávio deu-lhe um prazo de 48 horas para deixar a sua atual morada, alegando não ter sentido a fundação sustentar um marmanjo que nem é mais funcionário dela.

Azevedo, é claro, ficou in-

dignado. Afinal, um homem que fez tantas coisas pela universidade como uma editora falida, um prejuízo de vários milhões, a pior relação professor/aluno do Brasil e uma surpreendente unidade de opinião acadêmica (contra ele, é claro) - merecia tratamento melhor. Por essa razão, o ex-reitor já prometeu que irá articular a Justiça. Caso não consiga nada desta forma, apontará os canhões de suas belonaves e vasos de guerra contra a nova reitoria.

Nada disso, porém, adiantará alguma coisa. O Campus sugere a Azevedo que faça o seguinte se quiser continuar sustentando pela FUB: 1 - doe todos os seus bens a uma instituição de caridade; 2 - Preste vestibular na UnB pra qualquer coisa; 3 - Peça uma vaga no confortável e espaçoso condomínio fechado, com vistapara o Lago de Brasília, que a universidade mantém, o fabuloso Centro Olímpico e viva uma vida de rei... tor.

Uma nova esperança para a cultura

Rosane Carneiro

A eufórica reabertura do Teatro Garagem, no último dia 8, refletiu o ânimo da classe artística da cidade frente às mudanças ocorridas em órgãos como a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e sua tutelada, a Cultural do Distrito Federal.

Justifica-se. Em um filme documentário de Wladimir Carvalho, "Brasília Segundo Feldmann", o jornalista e hoje Secretário nomeado Pompeu de Souza pode ser visto enquanto recebe Juscelino Kubitschek nas escadas do avião que o trazia a Brasília. Isso em 1960. Quando assumiu a Secretaria de Educação e Cultura, em 64, ele teve tempo apenas para nomear seus assessores e em seguida declarar o feriado escolar que a revolução proporcionava. Foram 25 anos ou

mais de trabalho junto à cultura, 21 desses particularmente dedicados à luta contra a censura política, só agora recompensados.

Mas a festa maior se fez pela elevação de Luiz Humberto, arquiteto e fotógrafo há 24 anos em Brasília, a Diretor-Presidente da Fundação Cultural do DF. O substituto de Carlos Fernando Mathias de Souza pretende ser assessorado pelos próprios artistas da cidade, numa iniciativa bem ao estiloneu republic, de tal forma que, se souber utilizar os instrumentos que dispõe a Fundação Cultural, poderá fazer com que a produção cultural local ocupe seu devido lugar enquanto potencial de consolidação de uma cultura brasileira ainda em formação.

LUIS HUMBERTO

Luiz Humberto, arquiteto, fotógrafo e ex-professor da UnB é o atual Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal. Torcedor fanático da democratização da UnB, produziu este texto exclusivo para o Campus:

Espera-se da Universidade

O que se espera de uma universidade em novos tempos? Primeiro, que haja novos tempos.

Verdadeiros, sérios, que recusem a esperteza, o embuste e a consagração da mediocridade cosmetizada.

Tempos onde possam sobreviver os visionários e os santos, sem as pechas da loucura e os desnecessários martírios.

Espera-se da Universidade: a volta ao sonho; ao gosto pela indagação, ao direito à dúvida;

ao fascínio pelo conhecimento, que cresce pela impermanência das certezas.

Espera-se da Universidade: o retorno à grandeza proletada, e que venha a ter o cheiro suado da vida e o perfume da verdade.

Espera-se da Universidade: a retomada de um pulsar vital capaz de dar às pessoas a amplitude do universo e a coragem de olhar direto na cara do sol.

MEIO

Boicote à democracia

Vinícius Doria

Para quem tem o hábito de ler os grandes jornais do Rio e de São Paulo, como o *Jornal do Brasil*, o *Globo*, *A Folha* e o *Estado*, certamente já deve ter reparado a presença, nestes veículos, da propaganda paga pelos governos estaduais. Tanto o governador do Rio, Leonel Brizola, quanto o de São Paulo, Franco Montoro, estão se vendo obrigados a gastar consideráveis quantias dos cofres públicos para cumprir uma obrigação assumida com a população de seus Estados que é a de prestar contas.

Mas esta veiculação através de matérias pagas deve-se a uma postura de boicote das grandes empresas de jornalismo a estes governadores estaduais, fechando os espaços da própria cobertura jornalística, por motivos políticos e com o objetivo de descredibilizar as figuras de Montoro e, principalmente, a figura de Brizola no Rio. O resultado não poderia ser outro: uma vigorosa campanha promovida pelos grandes jornais, ligados aos mais altos interesses empresariais e políticos, contra estas duas pessoas que foram eleitas legitimamente pelo voto popular, apesar de todos os casuismos observados em contrário, visando a resguardar estes mesmos interesses (vide Proconsult).

Quem lê o *JB*, por exemplo, percebe nitidamente estas intenções: são veiculadas notícias do Estado do Rio que dizem respeito a greves, manifestações contrárias e, o que é deplorável, intrigas sobre a pessoa do Sr. Leonel Brizola. E na *Folha* de S. Paulo, o responsável pelo Departamento de Pesquisa, Antônio Ropher Filho, viu-se obrigado a pedir demissão por não concordar com o enfoque dado pelo jornal a uma pesquisa sobre os gastos publicitários do governo Montoro (ler o *IstoÉ* de 3/4/85). Isso sem falar em seus inúmeros editoriais que, além de tendenciosos, nada mais são do que meros espaços de acusações na tentativa de induzir a opinião pública contra seus governantes.

Como estamos em uma democracia, toda pessoa tem o direito de defender, e é isso que faz tanto Brizola quanto Montoro quando pagam aos jornais, a preço de ouro, o seu espaço para divulgação de idéias, prestação de contas e defesa das acusações a que vêm sendo submetidos.

Os grandes jornais que se cuidem pois, e só quem mora no Rio sabe disso, o Governo do Sr. Leonel Brizola, depois de ter encontrado um Estado esfacelado e completamente falido pelas forças de seu ex-governador Chagas Freitas, é um dos governos mais dinâmicos que a população já viu. Colecionando mais sucessos que fracassos e com os poucos recursos que a União lhe dá, Brizola pouco a pouco vai somando pontos que o credenciam a ocupar, em um futuro não muito distante, a cadeira da presidência do Palácio do Planalto.



Bolchevismo no C.O.

A AMAE - Associação dos Moradores do Alojamento Estudantil está reivindicando as terras cultivadas do português Abílio, recém-formado e antigo morador do C.O. mas que continua de posse da terra de onde cultiva morangos, chuchus, maracujás, mamão atrás do bl. A. Na última reunião da AMAE, a coletivização da terra, foi proclamada no mais puro modelo bolchevista de 1917.

Enquanto ocorre a briga da burguesia-capitalista local contrária a coletivização do latifúndio luitano, os bolchevistas do C.O., intransigentes, conclama o campesinato ceolno para a luta. Este urbano campesinato está disposto a lutar pelos ideais maxista-leninista desde que não exagerem, pois pegar na enxada é uma outra história.

Os analistas políticos locais estimam que após a euforia desta micro-revolução a produtividade da terra aumentará sensivelmente mas com o passar do tempo haverá uma drástica diminuição da produção. IVAM MARINOVIC BRSCAN enviado especial do C.O. para o *Jornal Campus*.

Um país conservador

Como se explica o fato de que a vida de um único indivíduo possa comprometer uma estrutura estatal "representante" de mais de 100 milhões de indivíduos? O constatável é que a sociedade depende de um "Patriarca" como Tancredo à frente de suas instituições. O centralismo autoritário que caracterizou todos os nossos governos anteriores (e quem sabe este) não se desarmoniza em muito com o comportamento dos brasileiros. Individualmente somos autoritários e conservadores em nosso cotidiano familiar, sexual, político, profissional... Ou vocês pensam que o fato de termos sido o último país a abolir a escravidão e um dos últimos a "conceder" o direito de divórcio é culpa exclusivamente das máquinas estatais que tivemos, como se elas de certa forma não refletissem as concepções dos indivíduos que as aceitam, ou seja, nós! (Alessandro Galvão)

Uma pequena e primeira crise abalou por um dia a UnB. E que devido à greve dos motoristas de ônibus no final de março, foi decretado feriado facultativo. Como os alunos da UnB dependem na sua maioria do transporte coletivo para chegar à Universidade (haja vista o pequeno número de carros nos estacionamentos do Campus) não houve aula na maioria dos Departamentos. Realmente era de dar pena ver tantos universitários, às 7:30 de quarta-feira, nas paradas de ônibus, ávidos para chegarem a tempo na primeira aula. Essa foi demais, pessoal! (Edna Cristina)



Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Professores responsáveis: Carlos Augusto Setti (edição e texto); Maria Rita Leal (diagramação) e Luiza Venturini (fotografia).

Editores: José Murilo Milhomen e Wilfrida Natali (UnB); Ana Cristina Batista, Carmem Simaan e Kátia dos Santos (Comunidade); Luciano Suassuna e Ulisses Lacava (Nacional); Adalberto Passos (Internacional); Edna Cristina, Mônica Ferreira e Rosane Carneiro (Cultura); Afonso Cozzolino, Carlos Augusto Dutra, Carmem Montenegro e Rejane Pretti (Ciência); Edna Cristina (Opinião).

Redação: Alessandro Galvão; Ana Paula Araripe; Ana Paula de Souza; Amne-

res Pereira; Carlos André de Freitas; Catarina Guerra; Cláudia Rangel; Cláudio Ferreira, Cyntia Rosa; Eliamara Rocha; Fabricio Marques; Flávio Silveira; Ida Pietricovsky; Idhelene Macedo; Ivan Brscan; Joyce Russi; Juarez Libaino; Maria Aparecida de Oliveira; Marina Godol; Mario César Rosa; Nara do Carmo Ferreira; Nicolau El-Moor; Nina Cláudia Vale; Rosani Aparecida Frutuoso; Rudolfo Lago; Suzanne Sobral; Vinícius Zambrotti Dória; Zella de Freitas Silva.

NFotografia: Nicolau Abdu El-Moor e Ulisses Lacava.

Laboratorista: Jeová Xagô.

Ilustrações: Nethio Benguela, Flávio Silveira e Edson Alves Folgaça.

Funcionários levam pauta de reivindicações ao Reitor

O reitor Luiz Otávio recebeu na semana passada os representantes da Comissão dos Funcionários da UnB. Eles levaram uma nova pauta de reivindicações e falaram da preocupação de todos com o continuísmo na universidade, já que houve a troca dos decanos, mas não se tocou na área administrativa e até o momento os cargos de confiança não foram colocados à disposição.

Os funcionários alegaram que embora não tivessem sido mal recebidos pelo reitor, houve momentos em que o clima ficou tenso, devido a extensão da pauta apresentada.

REIVINDICAÇÕES

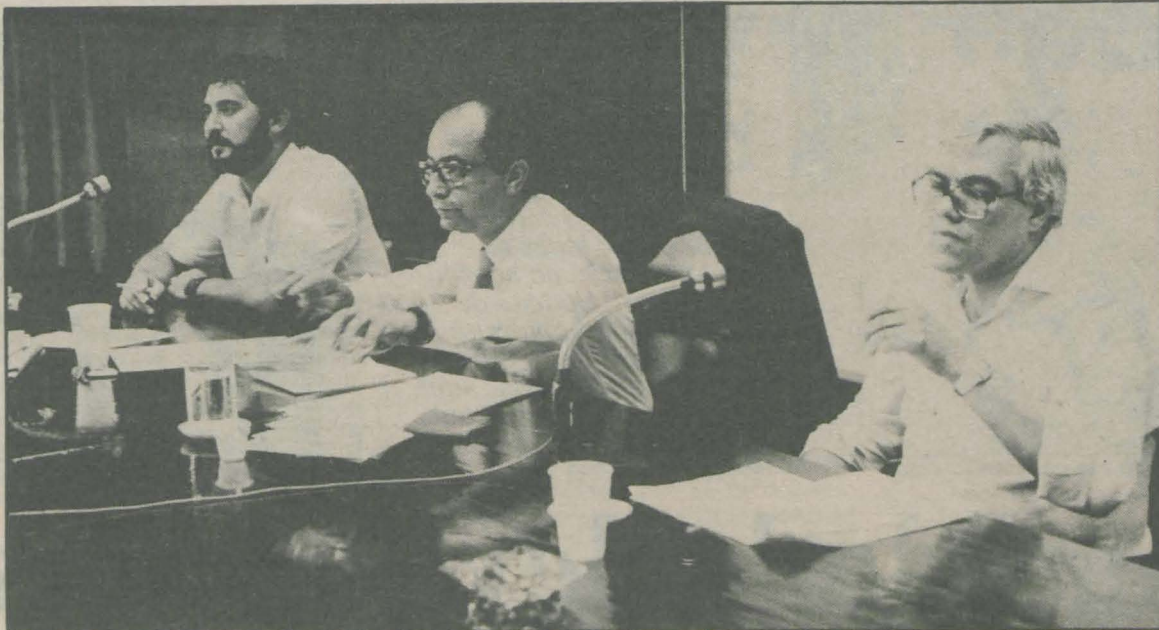
"Afora as 24 reivindicações que já estão ajuizadas no TRT e que são de aspectos trabalhistas, apresentamos uma nova pauta com reivindicações de caráter político-social e mais sugestões e alternativas" disse Rosalvo Bezerra Filho, um dos representantes dos funcionários.

Na pauta de reivindicações ajuizadas, os funcionários reivindicam principalmente a reposição de 30% das perdas salariais ocorridas em função da política governamental, percentual incidente sobre o salário do mês de março de 1985; aumento real de salários a título de produtividade no ordem de 10% sobre os salários do mês de março de 1985.

Na nova pauta de reivindicações que foi aprovada na assembleia geral de 12/03/85 eles pedem além da já citada prioridade, abono emergência; participação dos funcionários nos órgãos colegiados; novo plano de cargos e salários a ser elaborado com a participação de funcionários; transporte gratuito; preço mínimo da refeição do Bandeirão coincidentemente com os alunos carentes; nomear grupo de trabalho com a participação dos funcionários para reavaliação do "estatuto regimento" e normas complementares; pagamento dos 4% de produtividade aos motoristas a partir de março/85; e abertura de cursos noturnos a nível de graduação e pós-graduação, visando atender aos funcionários.

Os representantes dos funcionários disseram que quando apresentaram a nova pauta ao reitor para discussão, ele alegou que não seria possível a satisfação de todas aquelas reivindicações, porque a Universidade não possui infra-estrutura para atender tantos pedidos, e além do mais que ele teria muito pouco tempo, pois o seu período será apenas de quatro meses.

No que se refere a mudança de plano de cargos e salários, Rosalvo afirmou: "O plano atual não nos dá o direito a promoções, mesmo para aqueles que possuem nível superior. Nesse caso a nossa sugestão seria de que se abrissem concursos internos, a promoção por mérito ou por tempo de serviço." Rosalvo disse ainda, que uma das maneiras para ajudar na reposição de salários de forma indireta a especialmente no caso do Bandeirão, seria o aproveitamento da fazenda de Águas Limpas de propriedade da UnB, onde poderiam ser cultivados legumes, frutas e verduras para o seu abastecimento; pois se sabe que no Departamento de Agronomia teriam condições de elaborar um projeto conjunta mente com funcionários e professores. (Wilfrida M. Natal)



Decanos e professores discutem a formação do Colégio Eleitoral Especial e o processo sucessório na UnB

Diretores e chefes discutem a sucessão

No dia 12, o reitor Luis Otávio participou de duas reuniões há muito fora da rotina da UnB. Pela manhã, esteve no CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras). A Universidade de Brasília não assistia às reuniões do Conselho desde 1972. O ex-reitor Azevedo simplesmente ignorava o Conselho, a quem inclusive devia tal monta em anuidades, que a universidade foi obrigada agora a negociar um parcelamento da dívida.

A tarde, Luis Otávio realizou uma reunião inédita. No outrora inacessível Auditório da Reitoria, encontraram-se reitor, decanos, chefes de departamento e de Faculdades e Institutos, para discutir, entre outras coisas, a sucessão na UnB e a formação do Colégio Eleitoral Especial, que elegerá o novo reitor.

Era consenso a necessidade de ampliação do Conselho de Ensino e Pesquisa, uma das partes integrantes do Colégio. Esse conselho é atualmente composto pelo reitor, como presidente, o vice-reitor, os decanos de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e dos representantes das Congregações de Carreira. E justamente aí que sente-se a necessidade de ampliação. Congregações de Carreira são a reunião de representantes de todos os departamentos que administram matérias de um determinado curso. Pela interpretação do ex-reitor Azevedo, a UnB teria apenas nove congrega-

ções, uma para cada Instituto. Dentro dos acontecimentos que marcaram a última reunião do Colégio Eleitoral, conseguiu-se incluir mais duas, representando os básicos de Humanas e Exatas.

Por considerar este número bastante pequeno e baseado numa legislação confusa, resolveu-se criar uma Comissão, coordenada pelo Decano de Graduação, Antônio Raimundo Santos Ribeiro Coimbra e composta por um representante do Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação e pelos chefes de departamentos Carlos Augusto Setti, Marco Amato, Fátima Guerra e Iria Closs, para estudar a formação, o número e a forma de indicação dos representantes destas congregações.

CHEFES DE INSTITUTOS E FACULDADES

Foi discutida ainda a questão da renovação dos Diretores de Institutos e Faculdades. Aqui há uma questão de interpretação de Leis. Enquanto a lei vigente, 6.420, afirma que os diretores são nomeados pelo Ministro da Educação, a partir de uma lista sextupla, a lei 6.733, pela qual os atuais foram escolhidos, diz que reitores, vice-reitores e diretores são cargos de confiança do Presidente da República, sem mandato determinado. Pela 6.420, em caso de vacância no segundo período de mandato, cabe ao reitor nomear outros "pró-tempore". Como os diretores

atuais não têm mandato, esta lei não se aplica no seu caso. Na reunião, Luis Otávio garantiu que em caso de renúncia dos diretores, os pedidos serão encaminhados ao Ministro. A sua interpretação é a de que os diretores demissionários devem ser substituídos na forma do regimento, ou seja, pelo chefe de departamento com mais tempo de docência na UnB.

Outro caso onde pede-se renovação é o dos Chefes de Departamento que estão com o mandato vencido. Isso, porém, está sendo providenciado, segundo declarou Luis Otávio. Causou estranheza por essa razão, a presença do Dr. Aluisio Rosa Prata na reunião, já que, nesse caso, ele já deveria ter sido substituído.

DESARMAR OS ESPIRITOS

No final, Luis Otávio reafirmou sua profissão de fé na democracia. Comentando a sua discussão com os membros da comissão de funcionários que, numa altura da reunião que tiveram com ele, o acusaram de continuísta, citou um caso onde o então Governador de Minas Gerais, Milton Campos, teria soltado improperios contra a democracia ao encontrar um louco tomando banho numa piscina do Palácio da Liberdade. Por fim, declarou: "É preciso desarmar os espíritos, não dar ouvidos a intrigas" e novamente brindou o novo "modus vivendi" em que a universidade de Brasília viverá agora. (Rudolfo Lago e Juarez Libaino).

Vigilantes querem eleição direta para chefia do SPP

Os vigilantes do SPP - Serviço de Proteção ao Patrimônio, depois de pressionarem o atual chefe para que colocasse seu cargo a disposição, querem agora eleger, de forma direta e democrática, seu representante.

O atual chefe do SPP, Raimundo Carmo de Lima, colocou seu cargo à disposição da nova direção da UnB em vista de estar há treze anos trabalhando nessa área e sofrendo pressões por parte dos integrantes desse órgão.

Há algum tempo os vigilantes do campus universitário, subordinados ao SPP, estão pedindo ao reitor a substituição do atual chefe e uma reestruturação daquele órgão, atendendo a certas reivindicações que consideram necessárias.

Em vista da vacância do cargo e a pedido do Decano de Assuntos Comunitários, Elbio Gonzalez, os vigilantes criaram uma comissão que indicaria o novo chefe. Para Rocha, um dos líderes dessa comissão, os vigilantes se acham no direito de eleger seu representante, num processo democrático e que expresse a vontade da maioria da comunidade.

Esta comissão indicou, por unanimidade, Enoque Paulino de Albuquerque, que segundo os próprios vigilantes, é um nome certo para a chefia por ser membro do SPP e fruto de um processo de escolha democrática.

REITOR INTERVEM

No entanto, o reitor interino, Luis Otávio, vetou o processo e decidiu ele mesmo nomear um interventor para a chefia, em vista da confusão generalizada e insubordinação geral no processo de escolha do substituto. Respondendo à esta decisão, Enoque, como candidato da maioria, avisa que nenhum dos vigilantes irá aceitar uma pessoa que esteja fora do SPP e que através de abaixo assinado e cartas à ADUNB e à toda comunidade universitária, irão demonstrar seu repúdio e pedir ao reitor que deixe prosseguir o processo de eleição entre candidatos. "Vamos repudiar a entrada de um interventor e não vamos ficar parados, vamos tentar resolver os problemas que até hoje vêm sendo conduzidos de forma errônea e por uma pessoa incapaz para o trabalho".

Uma das reivindicações prioritárias dos vigilantes, dentro do programa de ação da nova chefia, é a reestruturação geral do SPP, com mudanças no plano de horário de trabalho. Segundo Enoque, "a jornada de trabalho é chocante com a legislação vigente e pretendemos apresentar sugestões para mudanças nesse sentido".

Diante das acusações de não ter, ao longo dos anos, desempenhado um bom trabalho, como chefe do SPP, Raimundo, o atual chefe, defende-se: "Estamos dando tempo à nova administração da Universidade para sentar-se à mesa, vendo as necessidades e confrontando-as com os recursos de que dispomos".

CEUP promove debate sobre cinema cubano na Comunicação

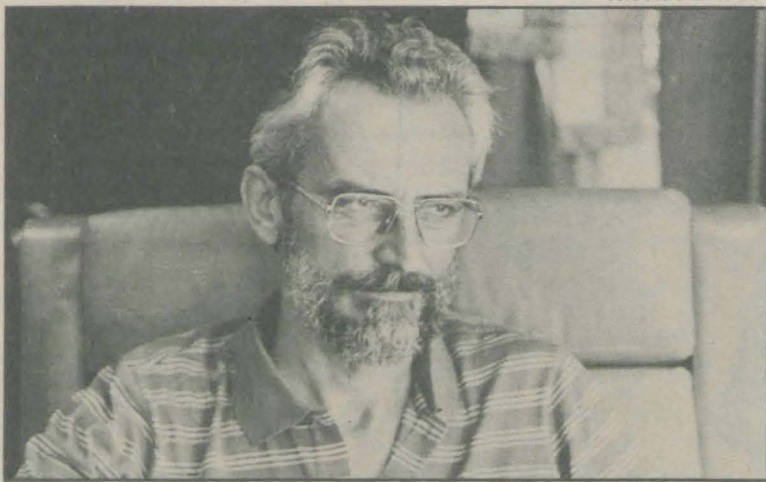
Foi realizada no dia 12/04, no departamento de Comunicação, palestra com o professor e cineasta Geraldo Moraes (A Dificil Viagem), que esteve no Festival de Havana de 83, sobre a importância do cinema cubano para a América Latina. Um grande número de pessoas ou-

viu atentamente, durante mais de uma hora, dentre outras coisas, o cineasta falar da qualidade técnica e temática do cinema documentário internacionalmente de Cuba, destacando o fato de ser este um cinema popular, acessível e um instrumento de educação cultural e

histórica para a população, sendo muito aplaudido no final. A palestra foi mais uma promoção do Centro de Estudos Universidade Popular - CEUP (Campanha "1" Lápis para Nicarágua, mostra de filmes sobre a paz, etc.), formado por alunos e ex-alunos da UnB. O

CEUP, que funciona na sala 1-2 da Comunicação surgiu com objetivo de resgatar os princípios da universidade popular de discutir o conhecimento científico do ponto de vista de sua utilidade social, sendo aberto à comunidade acadêmica e à comunidade de Brasília em geral.

Nicolau El-Moor



"Iremos ajudar os alunos carentes a imprimir suas teses"

O Decanato de Extensão criou comissões para examinar os casos da editora e o convênio com a Fundação Roberto Marinho. Já o de Assuntos Comunitários, vai promover mudanças no alojamento estudantil. Além disso, todos os decanos estão de acordo com a participação da comunidade universitária na elaboração da futura lista sêxtupla. Veja, aqui, os depoimentos dos cinco auxiliares diretos do reitor interino.



"É a universidade abrindo as suas portas, se estendendo à comunidade"

Comunidade deve ser ouvida

Nicolau El-Moor

Os decanos da UnB concordam com a participação da comunidade universitária na elaboração da futura lista sêxtupla que indicará o novo reitor. É a opinião, por exemplo, de Murilo Ramos, Decano de Extensão, ao afirmar que todos foram indicados em função da renúncia de Geraldo Avila e estavam comprometidos com a sucessão na Universidade. "Estamos comprometidos com essa luta da comunidade para ter um reitor realmente representativo e nascido da vontade de todos".

De acordo com João Carlos Todorov, Decano de Pós-graduação, "já existe todo um trabalho de discussão diária, na qual participam todos os decanos, onde as providências necessárias para se preparar a eleição da próxima lista são examinadas".

"Mesmo que durante esse período de interinidade não se chegue a uma conclusão, o que nós podemos fazer é deixar um trabalho iniciado com sugestões, pelo menos, para a próxima administração", diz Todorov.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Para o Decano de Administração e Finanças, Danilo Borges, a escassez de recursos financeiros dificulta a solução de grande parte dos problemas enfrentados pela Universidade. "No início deste ano, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), bloqueou 15% dos recursos enviados para a UnB. Em Abril foram cortados mais 10%, totalizando 25%".

A respeito do superávit de Cr\$ 15 bilhões que o reitor anterior disse ter deixado, Danilo Borges, afirmou "ter a impressão de que ele não entende bem de superávit". O que existe, segundo ele, são recursos sendo aplicados em caderneta de poupança e que estão comprometidos. "Se não tomarmos cuidado, chegaremos no final do ano com déficit de 18 bilhões".

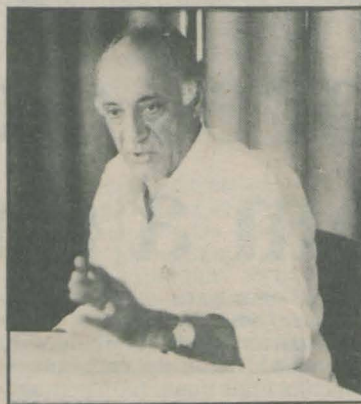
Um sério problema enfrentado pela UnB refere-se à falta de pro-

fessores. Existe um decreto-lei de 1981 que proíbe qualquer tipo de contratação em todo serviço público federal. A solução encontrada pelo reitor interino, Luiz Otávio, foi abrir algumas vagas que pertencem a professores que estão em licença não remunerada. "Os departamentos já têm autorização para preencher essas vagas em contrato de tempo fechado, ou seja, pelo mesmo tempo em que durar a licença do professor que ocupa a vaga".

A falta de equipamento é um outro problema que atinge professores e alunos. Existem cursos como o de Comunicação, por exemplo, que necessitam de equipamentos para implantarem o novo currículo exigido por lei. Neste caso, diz Danilo, quando for estritamente necessário, os equipamentos serão adquiridos na medida do possível. "No momento estamos dando prioridade à manutenção dos equipamentos".

GRADUAÇÃO

Antônio Coimbra, Decano de Graduação, declarou ter aceito o decanato com o objetivo de preparar uma transição política e administrativa. A transição política é lutar pela participação de toda a Universidade na elaboração da lista sêxtupla. Já a administrativa diz respeito ao levantamento dos principais problemas da área de graduação. "Precisamos questionar se os cursos que estamos dando servem para a formação das pessoas que quando estiverem no mercado de trabalho irão atender as necessidades do país em que vivemos". Existe uma série de problemas na área de graduação que precisam ser discutidos. "Eu acredito que as soluções vindas da comunidade são sempre melhores do que as que partem de um grupo de três ou quatro pessoas", afirma Coimbra. Para ele, existem os problemas de rotina que são matrículas, ofertas e horário de disciplina e em outro pla-



"Estabeleceremos novas regras para disciplinar e mudar a imagem do CO"

no, estão os relativos ao nível de graduação como um todo que envolve o ciclo básico, calendário, vestibular, desligamento por desempenho acadêmicos, entre outros. "Todos esses problemas precisam ser profundamente questionados e analisados pela comunidade".

Quanto à implantação do curso noturno na UnB, disse que devem ser solucionados, em primeiro lugar, os problemas, existentes nos cursos que funcionam durante o dia. "Imagine se forem implantados cursos noturnos com os mesmos erros do diurno".

EXTENSÃO

"O que é extensão universitária? É a Universidade abrindo suas portas, se estendendo à comunidade na qual ela está inserida, particularmente a comunidade do Distrito Federal, através da realização de atividades, cursos e seminários". Com essa visão, Murilo Ramos, pretende recuperar uma política efetiva de extensão para a UnB.

Em relação aos seminários internacionais realizados até o ano passado, Murilo afirma que já estavam desativados por motivos financeiros. "Nós sempre vimos

esses seminários como uma proposta elitista que pouco trazia de contribuição à comunidade universitária e muito menos à sociedade brasileira". Está sendo examinada a possibilidade da realização de seminários sobre problemas reais da comunidade brasileira como, por exemplo, representação política para o Distrito Federal. "Isso simboliza o tipo de ligação que a UnB deve ter com a comunidade de Brasília".

Questionado a respeito do convênio da UnB com a Fundação Roberto Marinho, afirmou "que tem uma posição crítica em relação a isso, porque esse convênio, assim como a Universidade Aberta, foram introduzidos na UnB sem que jamais a comunidade tivesse sido ouvida". A ideia é constituir uma comissão de alto nível formada por professores do curso de pedagogia e comunicação para fazer uma avaliação profunda do problema. Isto já está ocorrendo com a editora. Uma comissão composta por professores de diversas áreas da universidade tem em mãos uma vasta documentação para realizar uma análise sobre a situação financeira, editorial e de mercado da mesma.

ASSUNTOS COMUNITARIOS

Elbio Gonzalez, Decano de Assuntos Comunitários, disse que na gestão anterior o decanato funcionava de forma casuística e sem um programa de atividades definido. "Os pedidos eram atendidos sem nenhum critério", afirma.

Na sua opinião, um dos problemas que deve ser logo resolvido é o do Alojamento Estudantil. "Praticamente nunca houve uma reforma no C.O. e é imprescindível que isso ocorra. Devemos estabelecer novas regras de funcionamento para disciplinar e mudar a imagem do alojamento". Para isso, pretende contar com o apoio da AMAE — Associação

dos Moradores do Alojamento Estudantil.

Existem outros problemas que também devem ser analisados pelo decano atual: melhorar a imagem dos vigilantes junto à comunidade dando-lhes melhores condições de trabalho; alocação de recursos para a realização de congressos universitários, atividades culturais e desportivas; dar maior atenção ao Coral da UnB, problemas relacionados com o Restaurante Universitário e reforma de algumas instalações da Universidade que estão bastante precárias.

PÓS-GRADUAÇÃO

A sua primeira preocupação ao assumir o Decanato de Pós-Graduação, segundo João Carlos Todorov, foi promover uma renovação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. "E a partir desse grupo que as questões vão ser colocadas e levadas a todos os departamentos para que os interessados sejam ouvidos", diz Todorov.

Está sendo formada uma comissão pro-Associação dos Estudantes de Pós-graduação com o objetivo de criar um canal de diálogo entre os alunos de pós-graduação e a administração da UnB. Esta comissão pretende organizar o mais breve possível, um seminário sobre política científica na UnB.

Os estudantes de pós-graduação reivindicam carência no bandeirão e alojamento estudantil além de auxílio financeiro para elaboração das teses. Quanto ao problema da carência, Todorov, disse não ser da sua área, mas garantiu que o assunto está sendo resolvido pelo Decanato de Assuntos Comunitários. Sobre as de pós-graduação, disse que está providenciando verba para ajudar aqueles alunos que comprovadamente não tiverem outra fonte de recurso que não seja a bolsa: "Iremos ajudar o estudante carente a imprimir suas teses", afirma Todorov (Murilo Milhomem e Nara Ferreira)

SERVIÇOS

O Departamento de Psicologia mantém um ciclo permanente de seminários cujo objetivo é propiciar discussões sobre assuntos de pesquisas e intercâmbio científico e apoio a pós-graduação. Esses seminários ocorrem na metida do possível semanalmente às sextas-feiras à tarde.

A Pós-Graduação em Biologia Molecular promove semanalmente às segundas-feiras no horário das 16:00 horas, no auditório do IB, seminários de interesse para Biólogos, Agrôno-

mos, Engenheiros Florestais e Químicos. No próximo dia 22/04, será a vez do professor Ruy de Araújo Caldas conhecido pesquisador na área de Biotecnologia com o tema: "Enzimas Hidrolíticas de Interesses Biotecnológicos" e no dia 29/04 o professor Horácio Friedman com o tema Pênfigo Foliáceo.

A UnB e o Departamento de Sociologia estarão juntamente apoiando o Seminário nacional para discussão da Universidade brasileira que contará com o

patrocínio da UNE e Fasubra e por iniciativa da Andes — Associação Nacional do Ensino Superior e com a participação geral das entidades organizadas da Sociedade Civil, como a CUT — Central Única dos Trabalhadores e Conclat, mais as entidades científicas SBPC, SBF, ANPOCS e ANPUH. O seminário tem o objetivo de ouvir as propostas que as organizações da sociedade civil tem sobre a Universidade Brasileira em geral, que culminará com uma proposta nacional de transforma-

ção da Universidade Brasileira. O seminário vai de 8 a 10 de maio próximo. Qualquer informação, procurar o professor Sadi Dal Rosso no Departamento de Sociologia.

Será realizada de 22 a 26 de abril de 1985 a II Semana de Engenharia Civil da UnB. O local é o Auditório da Faculdade de Tecnologia da UnB — Campus Universitário o horário é de 9 às 12 e 14 às 18 horas.

Local de inscrição: Secretaria do Departamento de Engenharia Civil da UnB.

Data de inscrições: de 08 a 19 de abril

Taxa de inscrição: Cr\$ 10.000 e Cr\$ 5.000 para estudantes.

O professor Dr. Venício Arthur de Lima, após 33 meses afastado da UnB por estar com o seu contrato de trabalho suspenso pelo ex-reitor, volta a integrar o quadro de professores do Departamento de Comunicação.

(Maria Aparecida de Oliveira)

Brasiliense quer representação

Comemorando o seu 25º aniversário, Brasília encontra-se hoje na expectativa de poder escolher os seus representantes, por voto direto e livre. O Distrito Federal, desde sua fundação encontra-se sob a tutela do Governo Federal, tendo sua vida política tolhida pelos governos totalitários.

Os 25 anos de Brasília política podem ser resumidos como mais de 600 mil títulos de eleitor emitidos sem utilidade prática e objetiva. São 25 anos de cerceamento ao direito da população ser ouvida a escolher os seus representantes.

“Brasília sem representação política esse tempo todo foi talvez a única cidade casada do mundo, em que os cidadãos não tiveram condições de se manifestar”, afirmou Jose Libério Pimentel, presidente do Sindicato dos Professores de Brasília. Este é um dos sindicatos que possui atualmente um dos trabalhos mais relevantes com relação aos projetos de representação política para o DF. Ao lado do Sindicato dos Professores se encontram, por exemplo, o Sindicato dos Bancários, o PMDB — DF, Sindicato dos Comerciantes e as associações de moradores.

“Um governador nomeado não tem compromissos nenhum com a população. Se ele vai ser um bom governador ou não, tanto faz para ele, afinal ele é um tecnocrata”, afirmou Leandro Amaral, professor do Departamento de Economia da UnB e membro do PMDB-DF. Por outro lado, um governador eleito pela população tem compromisso com seus eleitores, “tentará ser o melhor governador possível”.

Durante esses 25 anos sem representação política, Brasília foi sede da arbitrariedade de seus governantes que determinaram de acordo com os seus próprios anseios as obras a serem executadas. Como exemplo, pode-se citar. Parque Rogério Pithon Farias, uma das obras mais caras e ociosas da cidade. Na época de sua construção foi alvo de severas críticas por parte das cidades-satélites, que até hoje não possuem infra-estrutura necessária na área de lazer, saúde, saneamento e educação.

Com representação política e espaço aberto para discussões através de uma Câmara Municipal ou Assembleia Legislativa local, a verba gasta em obras onerosas e desnecessárias provavelmente será adequadamente

utilizada. Segundo o professor Libério Pimentel, “quando o Governo vai fazer um investimento deve ouvir a população, porque às vezes esse investimento não é prioritário”.

Com a Nova República, as expectativas diante a representatividade política no DF aumentaram, gerando uma maior articulação por parte das entidades e associações da cidade com a Comissão Interpartidária — encarregada de desenvolver estudos e projetos de emenda a Constituição, basicamente reforma eleitoral. Até o momento os anseios com a Nova República, podem ser considerados frustrados com relação à representação política no DF. O projeto ser encaminhado por esta Comissão limita o direito de escolha da comunidade brasiliense a oito Deputados Federais e três Senadores, continuando vetada a representação para uma cidade com uma estrutura tão peculiar quanto Brasília? Neste ponto forma-se um entrave.

Como considerar o Plano Piloto as cidades-satélites, seria uma cidade só, ou áreas isoladas que necessitam mais do que um único prefeito ou Governador?

Segundo o professor Lean-

dro, “essa questão é bastante polêmica. A população das cidades-satélites, com certeza, vai querer ser representada e eleger prefeitos e vereadores para a cidade. “Porém a sua opinião com relação a este assunto é de que a forma ideal de representação para Brasília é a de uma Assembleia legislativa e representação Federal (Câmara e Senado). “Enquanto as cidades-satélites não tiverem certa autonomia em termos produtivos, em termos de vida, de nível de renda a representação pode ser até prejudicial a elas”.

“A questão de divisão ou não das cidades é precoce” — afirmou o professor Libério Pimentel. Antes há que se pensar em um Legislativo local, onde as cidades-satélites seriam representadas proporcionalmente pela sua população. “O que não se pode admitir é uma Comissão ou deputados eleitos por outros estados decidirem como Brasília deve ser dividida ou não”.

O fato é que agora não é o momento para divulgações sobre a divisão da cidade. Deve-se direcionar todos os esforços e luta pelo direito que cada cidadão tem de escolher os seus governantes.

Brasília é o retrato de uma população que deseja concretizar os seus anseios. Desde sua fundação, possui a imagem de moradia dos governantes, só que esta não corresponde mais à realidade. Brasília, apesar de nova, já possui a sua tradição e a base de sua população já está formada. E aspira, segundo Augusto Silveira de Carvalho, presidente do Sindicato dos Bancários, “uma relação o mais transparente possível entre governo e governados, um maior controle do povo sobre os seus governantes. É necessário que se procure criar canais de comunicação entre governo e população”.

“A maior violência que se pode cometer contra a cidadania é exatamente privá-la do seu direito mais elementar que é eleger seus representantes pelo voto direto. Há uma grande expectativa agora com esse novo Governo de que realmente venha ser feita justiça à uma coletividade de mais de 600 mil eleitores, e que finalmente possamos nos expressar através das urnas, escolhendo nossos legítimos representantes. Esperamos que venha ter fim o período dos mandatos biónicos e das representações ilegítimas”. (Carmen Kozak, Ana Paulo Macedo e Idhelene Macedo)

Vereadores ainda não estão em pauta

A Comissão Interpartidária do Congresso Nacional que, entre outros assuntos, estuda a criação de uma representação política para o Distrito Federal, já completou o esboço da proposta de emenda constitucional que dará à Capital Federal o direito de eleger três senadores e oito deputados federais. Apesar dos esforços por parte de alguns parlamentares integrantes da comissão e do apoio de outros segmentos políticos está, no exato momento, totalmente excluída a ideia de dar a Brasília o voto direto para Governador e a formação de uma Câmara de Vereadores.

Essa proposta, que não vai diretamente ao encontro do anseio da população, é considerada por vários políticos como um bom início rumo à democratização política da cidade. Ao completar seu 25º aniversário, Brasília, palco das grandes decisões nacionais, permanece desde a data de sua inauguração sem qualquer tipo de representação local. Nomeados pelos regimes autoritários, os governos instaurados até hoje sempre manipularam os interesses comunitários, sem que houvesse o mínimo de participação popular.

Ao que parece, mais uma vez as lideranças partidárias estão ignorando as reivindicações da cidade, oferecendo ao Distrito Federal uma representação somente a nível de Legislativo. Este fato pode ser explicado pelo interesse político de que a Federal não fique sem seus legítimos representantes na Assembleia Nacional Constituinte, a ser votada em 1987. A partir desse ponto de vista, tem-se como prioritária a representação federal, ficando prometida uma posterior, porém

próxima, resolução sobre a representação local.

DEBATES

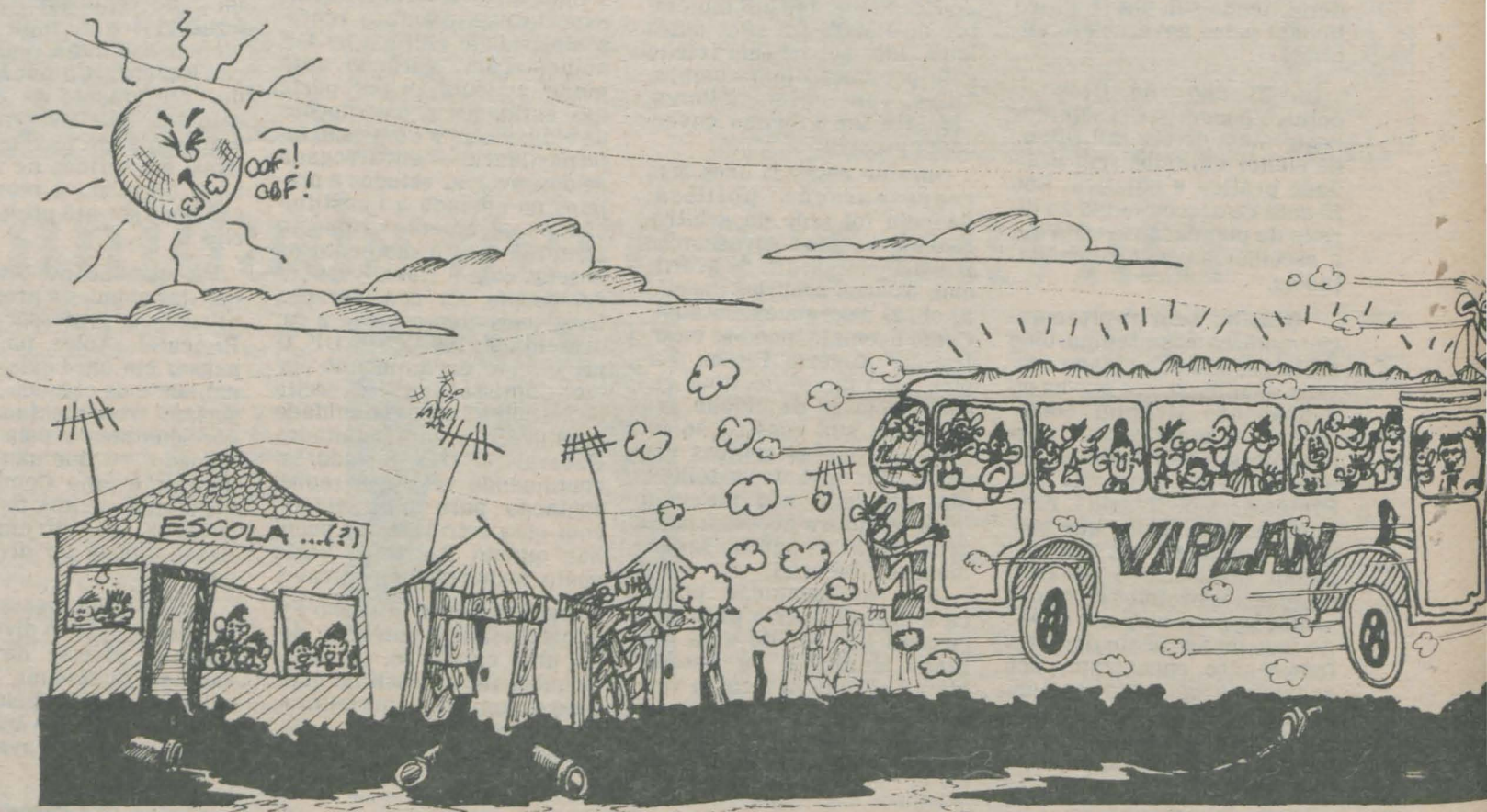
Mas, como fica a comunidade até lá? Não seria imediata a necessidade de uma representação mais próxima aos cidadãos? Segundo o deputado João Gilberto (PMDB-RS), relator geral da Comissão Interpartidária, a criação de uma Câmara Municipal, embora tida como a ideia mais importante e merecedora de apoio geral “ainda está por exigir um debate mais profundo entre os partidos políticos e a própria comunidade do Distrito Federal”. Apesar da opinião de alguns parlamentares que acreditam que a discussão sobre a eleição do governador ou a criação da Câmara Municipal para o DF deva ficar a cargo da Assembleia Constituinte, a Comissão Interpartidária, em seu parecer final, sugere a todos os Partidos que comecem a debater o assunto com a comunidade e lideranças políticas o quanto antes.

A verdade é que, com ou sem a satisfação popular, a proposta de emenda constitucional já foi formalmente entregue ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães e do Senado, José Fragelli, além das demais lideranças partidárias. As assinaturas necessárias para que o projeto inicie sua tramitação pelo Congresso Nacional começam a ser recolhidas. O único grande impasse parece estar relacionado com a data da votação, que poderá ser realizada no próximo dia 25 de abril, aniversário da derrota das diretas. Caso fique marcada a votação da emenda para esta data, sua aprovação certamente significará um marco histórico na política nacional. (Ana Paula Macedo).



Capital da Esperança: a obra que se desorganizou

Vinte e cinco anos, ou melhor, vinte e cinco planos depois, muita coisa fugiu da concepção original da cidade. Durante este tempo todo, Brasília foi tida como um exemplo a ser seguido, sem os problemas das "cidades grandes". Com um planejamento para no máximo 700 mil habitantes, o primeiro passo para comportar uma população acima do determinado e com baixo poder aquisitivo foi a criação das cidades-satélites, para a erradicação da pobreza. Com isto surgiram os problemas mais graves. Mas problema é que não faltam para acabar com a fama da "cidade-modelo".



EDUCAÇÃO

No projeto urbanístico de Brasília, Lúcio Costa já previa a construção de escolas primárias e secundárias junto às quadras residenciais. O projeto idealizava as escolas dentro de um contexto comunitário, juntamente com igrejas, cinemas, teatros e comércio local. As primeiras escolas, porém, surgiram em caráter provisório, para atender à população que tinha vindo construir a nova capital e só perto da inauguração é que os planos de Lúcio Costa foram postos em prática.

O primeiro passo foi a criação da Comissão de Administração do Sistema de Educação de Brasília, CASEB, que coordenou a implantação da educação no DF. Um dos membros desta comissão, o professor Anísio Teixeira, sintetizou num documento todo o projeto. Assim, a educação

primária seria oferecida em "Centros de Educação Elementar", compreendendo Jardins de Infância, Escolas-Classe e Escolas-Parque, além de bibliotecas e museus. As Escolas-Parque seriam construídas para cada grupo de 4 quadras, e cada quadra teria uma Escola-Classe e Jardim de Infância. O ensino secundário teria lugar em "Centros de Educação Média", também com diversas atividades correlatas, e para a educação superior seria construída a Universidade de Brasília.

A implantação do projeto educacional modificou a estrutura das primeiras escolas, como a Escola-Classe Júlia Kubitschek, e até a época da inauguração, estavam prontas ou em acabamento as escolas-classes das quadras 106, 108 e 208, além da Escola-

Divergências nos planos educacionais

Parque 307/308. Nas cidades-satélites as escolas-classes iam surgindo de acordo com a demanda, e colégios particulares se instalaram no Plano Piloto. Apesar da falta de infra-estrutura urbana, a CASEB conseguiu montar uma estrutura que atendesse aos primeiros habitantes que chegaram aqui.

Com o decorrer do tempo, os projetos idealizados por Lúcio Costa foram sendo modificados. As Escolas-Parques, por exemplo, não foram todas construídas, e nem toda quadra tem hoje em dia uma Escola-Classe ou um Jardim de Infância. A CASEB construiu colégios como o Elefante Branco, o Colégio da CASEB e a Escola Normal de Brasília e apesar das modificações do plano original, fruto de divergentes políticas educacionais, o Distrito

Federal se tornou um modelo de educação.

Hoje em dia, por exemplo, Brasília tem a maior taxa de escolarização do País, e bons resultados aparecem desde a educação pré-escolar até o ensino supletivo. A rede oficial predomina no ensino elementar, e a particular, no ensino médio e superior. As cidades-satélites são cada vez mais beneficiadas, principalmente Taguatinga e Ceilândia, e problemas como a evasão e o atraso escolar estão sendo resolvidos. Muitos dos problemas da educação vêm do crescimento inesperado da população. Mas uma melhor política educacional, mas fiel aos planos iniciais, daria condições para um desempenho bem melhor em termos de educação para o Distrito Federal. (Cláudio Ferreira)

TRANSPORTES

Na época da construção de Brasília, o único coletivo disponível era os caminhões, com que as empreiteiras transportavam seus operários. Os núcleos habitacionais eram poucos e só perto da inauguração é que o transporte feito por ônibus começou a se organizar.

A primeira empresa de ônibus urbanos em Brasília chamava-se "Empresa Brasil" e ligava o Núcleo Bandeirante ao Palácio da Alvorada, pela atual Avenida das Nações, e a Vila Planalto também ao Alvorada. A partir de 1960, passou a operar em Taguatinga e Brazlândia a Empresa São Sebastião, e no Plano Piloto, começou-se a fazer a ligação entre as quadras do Iapetec e Iapi ao centro da cidade. Foi construída a Estação Rodoviária, que segundo quem trabalhava aqui, "era uma obra magnífica, plantada no meio do cerrado". Mas o esquema de transporte coletivo ainda era muito precário: empresas de pequeno porte, com dois ou três veículos, apenas, obtinham concessões dadas pela Novacap. Não havia muita regularidade nos horários dos ônibus, que eram determinados pelo fluxo de passageiros.

Nos primeiros anos depois da inauguração da cidade, a Secretaria de Segurança e Interior, através da Coordenação de Tráfego e Concessões, passou a fiscalizar o transporte coletivo. Em 1965, houve um desmembramento que deu origem à Secretaria de Serviços Públicos, e o transporte começou a ser organizado racionalmente, atendendo à demanda do Plano Piloto e das cidades-satélites, e sua estrutura urbana já desenvolvida.

EMPREGO

O problema do desemprego em Brasília tem características muito definidas, em função das particularidades da cidade. Nestes 25 anos, a economia da cidade passou por fases distintas, senão bastante influenciadas por fatores como migração e crescimento da população.

Durante a época da construção da cidade, e até meados da década de 60, a construção civil respondia por uma parcela considerável dos empregos. Nesta época, o contingente migratório era quase todo absorvido e atividades como prestação de serviços ainda não eram desenvolvidas. A década de 70 representou a consolidação da capital em termos administrativos, e a transferência de funcionários públicos se refletiu numa demanda por serviços e

por uma estrutura urbana desenvolvida. Nos últimos anos, não tem havido mais nenhum impulso econômico como os das décadas passadas, mas a migração continua e as taxas de desemprego variam nos diversos setores da economia.

Dentre as particularidades de Brasília em termos econômicos, a mais importante é a concentração de oferta de empregos na área de serviços: como Administração Pública e Comércio. A indústria no Distrito Federal não responde por mais do que 9,2% da economia, e a agricultura ainda é muito incipiente. Mesmo o setor de serviços não tem apresentado um crescimento significativo, ocorrendo mais uma substituição do que uma geração de empregos.

População jovem e escolaridade baixa

Outra característica que faz de Brasília uma cidade especial é a composição de sua população. A população economicamente ativa é muito jovem, e tem um nível de escolaridade muito baixo, com alta porcentagem de analfabetos.

Esta população economicamente ativa tem crescido pouco a pouco, assim como a participação das mulheres e dos universitários tem se tornado significativa. Significativo também é o contingente de migrantes, que ainda vem a Brasília com a esperança de "encontrar emprego".

Se a migração foi, durante os

primeiros dez anos, a maior fonte de força de trabalho para Brasília, hoje em dia ela é um de seus maiores problemas sociais. A população migrante tem um nível sócio-cultural muito baixo e normalmente não se encaixa na oferta de empregos do setor de serviços. Dados do SNIE-DF dão conta de que os migrantes em sua maioria, estão desempregados e com a estagnação da economia, ocorrem fenômenos como a periferização da população e o crescimento acelerado das cidades do chamado "Cinturão Goiano", que absorvem muitos migrantes que vêm ao DF. (Cláudio Ferreira)

dem

SAÚDE

E consenso entre os médicos que a assistência médica no Distrito Federal, como em todo o Brasil, é deficitária. Esta assistência está longe de ser a ideal, de ter uma estrutura que possa dar condições de atendimento aos pacientes, tratamento dentro das normas da ética médica, e aos médicos oportunidade de aprimoramento profissional.

Se pegarmos a história específica da Fundação Hospitalar do DF, veremos que a situação econômica, técnica e administrativa, apresenta, tanto quanto outros hospitais oficiais, seríssimos problemas.

Fazendo uma retrospectiva, é possível constatar que se o projeto original de implantação da Fundação Hospitalar do DF — FHDF — tivesse vingado, além de ter revolucionado toda a medicina, teria evitado todos os problemas enfrentados hoje pela rede hospitalar.

Este projeto, chamado "Projeto Bandeira de Mello", criado em 1958, pelo Dr. Henrique Bandeira de Mello, previa um sistema de atendimento que se processava em 3 etapas. Quanto as edificações, haveria centros de saúde, onde se dariam as consultas e atendimentos ambulatoriais. Através deste centro, dependendo do caso que exigisse tratamento mais especializado, a consulta seria marcada no hospital regional da cidade-satélite correspondente. Ainda assim, o hospital regional constatando a gravidade do problema, encaminharia então o paciente ao hospital de Base, onde se daria a etapa final do tratamento com a utilização de recursos especializados.

HABITAÇÃO

Apesar de ter apenas 25 anos e ser conhecida mundialmente como uma cidade moderna, Brasília já enfrenta um problema bastante comum às grandes cidades brasileiras: a habitação.

O projeto inicial de Lúcio Costa, que previa uma população de 500 a 700 mil habitantes, tornou-se rapidamente ultrapassado, pois, em 1980 atingiu um milhão. O resultado disso é um déficit de cerca de 100 mil moradias, crise no mercado imobiliário e um aumento incontrolável das cidades-satélites.

Para David Medeiros, chefe da Assessoria da Superintendência da SHIS - Sociedade de Habitação de Interesse Social, Brasília tem uma vantagem sobre as demais cidades: as terras estão nas mãos do Governo e não nas de particulares, o que, pelo menos teoricamente, proporciona maior facilidade de atuação. Assim, o GDF é quem decide onde se constrói.

INVASÕES

De acordo com cadastramentos realizados em 1984, existem no DF 59 invasões onde residem, aproximadamente, 20 mil famílias. As condições de abastecimento d'água e eliminação de esgotos são muito precárias. Há casos de barracos de 9m2 onde residem, em média, 8 pessoas, entre adultos e crianças. O crescimento das invasões está associado não só à imigração e redução na oferta de emprego como à ausência de uma ação governamental mais definida para o quadro habitacional.

"O que se pretende fazer, a princípio, é o assentamento das invasões no próprio local em que se encontram, procurando im-

A primeira etapa, e a mais importante dentro do processo, por ser ela a estabelecer o elo de ligação paciente/instituição, seria o atendimento nos centros de saúde, que implicaria não só no atendimento e tratamento dos pacientes, mas também os educar e conscientizar no tratamento, cura e controle de doenças tais como, em ordem de prioridades: vacinação, saúde materno-infantil, saúde mental, controle de moléstias infecto-contagiosas, controle das moléstias sexualmente transmissíveis e, controle e prevenção das doenças crônicas e degenerativas.

Seria criado então, o Conselho Comunitário de Saúde, que tanto a população, quanto os médicos, atuariam juntos na solução e erradicação de seus problemas. Mas este projeto, que previa uma medicina preventiva, também previa uma estrutura hierárquica onde o médico ocuparia seu posto de acordo com sua especialidade e capacidade profissional. Apesar de este projeto ter sido contundente, não vingou em sua filosofia, mas apenas em suas edificações.

Em 1966, se iniciou o "Projeto Sobradinho", um outro projeto que muito se assemelhou ao projeto original, que foi um dos convênios firmados pela UnB.

A Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, e Dra. Maria José da Conceição, ex-aluna da UnB, que participou de inúmeros projetos científicos levados pelo Hospital Regional de Sobradinho, afirmou que os programas levados em conjunto pelos alunos com os professores, davam condições ao hospital de acompanhar todo o ciclo da vida não só do

plantar ou melhorar os serviços públicos como água, luz, esgoto", afirma Luis Fernando de Moraes Silva, Coordenador do GEPAFI — Grupo Executivo Para Assentamento de Favelas e Invasões. Para Fernando, a preocupação maior é com relação às favelas do Plano Piloto, já que não podem permanecer no local. Outro problema é com o Cadastramento (relação de pessoas que têm direito a receber casas) que torna-se superado devido às novas famílias que chegam.

Entre 1969 e 1972 foram transferidas, pela primeira vez, a antiga invasão do IAPI e outras pequenas invasões para a Ceilândia. Em 1975, de acordo com estudos realizados pela Secretaria de Serviços Sociais, foram registrados cerca de 3.500 barracos de invasores só no Plano Piloto. Atualmente, 70 mil pessoas são moradores de invasões do DF, sendo que há uma "fila" de 67 mil inscritos na faixa de habitação popular da SHIS.

PRIVILEGIOS

Mas os problemas de habitação do DF não se limitam somente às invasões. Segundo dados da SUCAD — Superintendência de Construção e Administração de Imóveis, há 639 casos à espera de imóveis funcionais, que devem aumentar consideravelmente na Nova República. As moradias funcionais no DF estão em torno de 15 mil, entre apartamentos e casas, onde a maioria, 10.627, situa-se no Plano Piloto.

"No início de Brasília, a distribuição de imóveis funcionais era feita com base em critérios econômicos e familiares, o que facilitava

Uma política meramente curativa

paciente, mas também de toda a sua família, o conscientizando e educando, dando maior independência às pessoas em seu tratamento e controle das doenças. Depois, o ex-reitor Azevedo vetou o projeto, que segundo a Dra. Maria José, foi por motivos políticos. Mas segundo o Professor e Dr. Odílio Luis da Silva, Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, há um outro lado nesta questão: o projeto teria sido vetado por motivos econômicos, uma vez que a Universidade estaria investindo enormes somas de dinheiro em um setor que dizia respeito à FHDF e não à UnB. Hoje existe um convênio firmado entre a UnB e o Hospital dos Servidores da União, vinculado ao INAMPS, mas que segundo o Dr. Odílio, não satisfaz à universidade no que se refere à formação profissional dos médicos residentes.

Segundo dados extraídos de mapas estatísticos da FHDF, de 1983, esta conta com 9 hospitais, 40 centros de saúde, 734 consultórios e aproximadamente 15.000 funcionários. Pode parecer uma cifra significativa, se somar-se a isto o fato que a FHDF conta com uma das maiores verbas destinadas a uma instituição hospitalar, mas apesar disso a situação é de total desorganização, acarretando grandes filas e longas esperas.

A começar, numa lista de inúmeras acusações contra a atual estrutura da FHDF coloca-se a condição da medicina meramente curativa, e quase que exclusivamente hospitalar, que além de não resolver apenas aumenta o descrédito do médico junto à população.

Juntam-se a estas acusações, outras tais como falta de equipamentos, medicamentos e outros materiais imprescindíveis ao atendimento de urgência, número insuficiente de médicos e pessoal de enfermagem, número excessivo de pacientes internados, inexistência de serviços de emergência nos vários hospitais da FHDF, o despreparo de funcionários nas áreas de atendimento direto com o público.

No tocante aos profissionais, a situação não fica muito atrás, quando se vê a falta de estímulo científico e técnico, com a ausência de bibliotecas especializadas, falta de cursos de aperfeiçoamento e atualização, grande contingente de médicos atuando exclusivamente em serviços de emergência no Hospital de Base, inexistência da relação médico/paciente, além da total falta de engajamento e reciclagem de aperfeiçoamento profissional.

Não há dúvida de que, independente de quem for escolhido para Secretário de Saúde do DF, terá nas mãos gravíssimos problemas a enfrentar, e o que esperam o Sindicato, médicos e profissionais da área, é que haja um diálogo aberto, para que se possa encontrar as soluções junto à classe médica e a população, que é a maior vítima de toda a desorganização atual na FHDF.

Dr. Ernesto Silva, médico sanitário da FHDF, e um dos pioneiros que trabalhou no "Projeto Bandeira de Mello", fez o seguinte comentário quando perguntado sobre a Nova República: "— Fazer é a melhor forma de dizer". (Ida Pietricovsky de Oliveira)

"Cidades-satélites: ilhas de pobreza"

tava todo o processo. Isso não ocorre mais. A legislação não é mais levada a sério. Existe agora um processo "liberalizante", que facilita a aquisição de moradia para funcionários graduados e cargos de confiança", garante uma fonte oficial da SUCAD.

Como solução para tal problema, a fonte propõe que sejam proibidos privilégios junto a alguns funcionários, respeitando-se os critérios estabelecidos pela legislação. O que acontece, comumente, é a distribuição aleatória de moradias baseada em amizades, parentescos e outros processos não legais. Há exemplos de uma única pessoa com apartamentos de quatro quartos e famílias de até mesmo 7 pessoas residindo em moradias bem menores.

SEGREGACIONISMO

Na opinião do professor José Carlos Cordova Coutinho, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB, a mudança quantitativa da população termina ocasionando, também, uma mudança na qualidade. Segundo Coutinho, o que se pretendia inicialmente em relação às cidades-satélites é que tivessem o mesmo padrão de vida do Plano Piloto, o que na realidade não ocorreu.

Primeiro devido a uma atitude segregacionista por parte do Governo, ou seja, a transferência da população das invasões e acampamentos para as satélites, quando se tinha bastante espaço no Plano Piloto. Segundo, na intenção de se preservar a estrutura arquitetônica inicial do Plano Pi-

loto, considerado patrimônio cultural moderno, foram sendo construídas mais cidades-satélites para abrigar imigrantes de diversos Estados.

A expansão demográfica aumentou significativamente o raio de expansão da cidade. Atualmente, 2/3 da população do DF reside em cidades-satélites. O Plano Piloto ficou, na prática, sendo um privilégio de uma população de renda mais alta e as satélites transformando-se em verdadeiras "ilhas de pobreza", acrescenta.

"Há uma corrente totalmente contra qualquer construção feita em Brasília que modifique seu projeto original. Outra defende tais mudanças. A meu ver nem tanto ao mar nem tanto a terra. Eu acho que as mudanças precisam ser feitas, porém, baseadas nas necessidades da comunidade. Teria de haver uma série de estudos, do contrário a especulação imobiliária tomara conta de tudo e as consequências seriam bem mais sérias do que as observadas hoje", afirma Coutinho. O professor sugere que o GDF, que é dono da maior parte das terras, libere áreas para construção de moradias e que a própria UnB também o faça em relação aos terrenos da Asa Norte.

No que diz respeito às realizações arquitetônicas de Brasília, o professor resume em uma só palavra: medíocres. "O que se realizou nesses 25 anos, desde a inauguração, não tem nada de significativo para a população", conclui. (Ana Cristina Marques e Kátia Vieira)



Um serviço deficiente e oneroso

A estrutura urbanística da cidade, principalmente a distância entre as satélites e o Plano Piloto fazem com que o transporte coletivo em Brasília tenha uma tarifa bem alta. O problema é que a ligação entre o centro e a periferia é feita sem que haja renovação de passageiros, tornando-a antieconômica. A ociosidade dos ônibus durante a maior parte do dia fora dos horários de "pico" também oneram o transporte, assim como a pouca utilização dos ônibus (relação nº de ônibus/nº de passageiros) e a utilização em massa de passes escolares, cuja diferença de preço é coberta pela passagem normal.

Algumas soluções estão sendo postas em prática, como a construção de terminais de integração nas cidades-satélites, a criação do transporte de vizinhança, que ficaria como um meio-termo entre o ônibus e o carro, e a mudança das linhas interestaduais para a Rodoferroviária. Alguns passageiros no entanto reclamam do trajeto dos ônibus, que, segundo eles, não atende a toda a população. A recente greve que movimentou a cidade durante a Semana Santa não teve apoio total da população por causa destas reclamações. "Os ônibus são poucos, os motoristas são lentos, e ainda querem fazer greve?", O desabafo do estudante não é injusto, mas com tantos problemas específicos a serem resolvidos, não se pode exigir um transporte eficiente, ou fazer comparações com outras cidades. Porque, como quase tudo, andar de ônibus em Brasília também é "diferente". (Cláudio Ferreira)

"Queiramos ou não, Brasília é e sempre foi uma cidade superestrutural. Cidade de clarezas e do poder. Para o poder. Ordenada. Carecem, então, seus habitantes, combater a ordem que dela emana. Nesse combate, que não é outro senão aquele que pode transformar o caminho em vereda,

cabe aos que chamamos artistas desempenhar um papel
João Evangelista

A arte busca sua consolidação

Há 25 anos, uma grande festa marcava a inauguração de Brasília. As palavras de ordem na época eram **construir, inovar, criar**. E os pioneiros da área cultural aglutinavam-se em torno da Universidade recém-criada, que começava com a ambição de revolucionar o conceito e a prática do ensino universitário. Tendo como reitor Darcy Ribeiro e reunindo figuras significativas de diversas áreas, a UnB produziu muita coisa interessante nos seus primeiros anos. O sonho, porém, foi interrompido em 65, fazendo com que a vida universitária e cultural da cidade passasse a arrastar-se por labirintos não previstos nos planos iniciais. Hoje, 25 anos depois, fazemos um balanço do que se reproduziu, apesar de tudo, nas várias áreas da cultura em Brasília e levantamos as expectativas da classe artística brasiliense ao entrar na Nova República.

ARTES PLÁSTICAS

"Os artistas plásticos de Brasília possuem um desejo de libertação muito grande"

João Evangelista

Naturalmente o desenvolvimento das artes plásticas em Brasília também sofreu com o golpe de 64. Na década de 60 houve várias tentativas de se implantar uma mentalidade "moderna" na cidade, sobretudo mediante a criação do ICA-Instituto Central de Arte da UnB — e o aproveitamento de artistas que eram aqueles chamados "modernos ou de vanguarda" filiados a uma mesma corrente, integrada nas preocupações de contemporaneidade. Pessoas como Athos Bulcão, Glênio Bianchetti e Burle Marx estavam integrados no projeto Brasília, onde a UnB era o foco de uma escola moderna de arte preocupada com as idéias do século XX. Entretanto essas tentativas iniciais foram castradas devido à realidade política que sobreviveu.

Para o professor de História de Arte da UnB, João Evangelista, nos anos 70 houve uma tentativa de ensaio bastante positiva e criativa na cidade. Foi o "grupo Cabeças", que embora não sendo especificamente um grupo plástico, apresentou propostas novas para a capital, e também o grupo "ExCultura" que era formado na sua maioria por jovens universitários que "pichavam" as paredes com grafite e que, segundo João Evangelista, "liberou a cidade daquele aspecto de necrópole". Em relação aos artistas plásticos de hoje, Evangelista cita, entre outros, nomes como Elder

Rocha, Elisade Souza, Douglas Sá que tiveram toda a sua formação aqui e possuem um desejo de libertação muito grande, procurando fazer aquilo que têm vontade, na forma, na cor e na indisciplina, não se incomodando tanto com as diretrizes do eixo Rio-São Paulo.

"De lá para cá se viveu praticamente de tentativas" é o que diz João Evangelista, e agora é hora de seretomar esse processo que deve acontecer lentamente. Pelo menos é o que se espera da Nova República.
 (Edna Cristina).

CINEMA

"O cinema brasiliense nasceu, criou-se e amamentou-se da Universidade"

Vladimir Carvalho

Neste ano comemoram-se os 20 anos do Festival de Cinema de Brasília, os 20 anos da primeira grande crise que afetou o curso de cinema da UnB e os 25 anos de Brasília. Pensando nisso, as pessoas envolvidas com o cinema na cidade pretendem mobilizar-se no sentido de repensar o Festival de Brasília, que sofreu um grande desgaste nos últimos anos, e unir-se para restaurar o curso de cinema da UnB.

Este curso, nos primeiros anos da cidade, reunia nomes como Nelson Pereira dos Santos, Paulo Emilio Salles Gomes e Jean-Claude Bernardet, entre outros. Na época pensava-se transformar a nova capital em um centro de produção cinematográfica que, por sua localização, estimularia o cinema brasileiro como um todo, deslocando o monopólio do Rio e São Paulo.

Porém com a demissão em massa dos professores da UnB, em 1965, o projeto foi frustrado antes mesmo de começar. Em 1972 outro golpe atingiu o cinema brasiliense: o curso de cinema da UnB foi extinto pelo então reitor José Carlos Azevedo.

Mesmo assim, na opinião do professor Vladimir Carvalho, do Departamento de Comunicação, a Universidade continuou sendo a grande fonte geradora do cinema brasiliense, uma vez que são alunos, ex-alunos e professores os responsáveis pela maior parte da produção local. Vladimir Carvalho acha que o cinema brasiliense deve ser um cinema de reflexão, de investigação, voltado para os aspectos culturais. Isto seria exigência das próprias características da cidade que, apesar de ser a capital, não tem um grande comércio nem uma indústria firmada, condições necessárias para a circulação do capital gasto na atividade cinematográfica.

A Nova República, porém, trouxe expectativas para o pessoal de cinema de Brasília. A rearticulação do curso profissional de cinema da UnB, a criação de uma grande cinemateca e a

transferência da sede da Embrafilme para cá são algumas delas. Com relação à cinemateca, a idéia é transformar o Cine Brasília no embrião de um grande acervo nacional, com cópias de todos os filmes importantes da história do cinema. A transferência da sede da Embrafilme para Brasília, já está decidida e pode finalmente viabilizar o projeto dos pioneiros, que queriam transformar a cidade num pólo de produção cinematográfica, ajudando a descentralizar o cinema brasileiro. (Catarina Guerra).

DANÇA

"Dançava-se no chão, nas cidades satélites, em qualquer canto"

Lúcia Toller

Entre acampamentos, muito barro e mato, surgia em 1961, a dança em Brasília. Havia uma vitalidade muito grande na época de fazer algo novo. Quem chegava aqui levava a vantagem de ser o primeiro. Não havia concorrência. A própria condição de cidade nova propiciava o surgimento da arte local. Entretanto a realização do sonho era árduo. Não haviam condições de trabalho. Dançava-se no chão, nas cidades-satélites, em qualquer canto. Enfrentava-se ainda um enorme preconceito. Para as pessoas, bailarina era sinônimo de libertinagem.

Independente do apoio financeiro de empresas particulares ou do governo, a dança foi conseqüentemente se desenvolvendo em Brasília através de academias. Segundo a pioneira e professora Lúcia Toller, o governo sempre se preocupou em apoiar atividades que lhe dessem prestígio imediato e a arte sempre foi sinal de contestação, de criação, de revolução, de reverter a ordem e desenvolver espírito crítico.

Paralelo aos trabalhos desenvolvidos nas academias, foram surgindo grupos independentes, menos compromissados com o poder e que buscavam algo mais alternativo. E é devido a esses grupos, que hoje a dança está passando por um processo de libertação. Existe uma tentativa de unir todas as pessoas relacionadas à dança na cidade, no sentido de elaborar um projeto, mas a dificuldade tem sido grande. Há muita divergência entre pessoas e propostas. Para a dançarina e professora Maura Baiocchi, o povo não está acostumado a dialogar, cada um de nós acredita estar com a razão e com a democracia levamos um susto, não sabemos mais o que fazer. O fato é que com o governo atual o horizonte das artes tenta mudar. Brasília tende a se desenvolver. Afinal, seremos ou não um pólo cultural? (Mônica Ferreira)

MÚSICA

"A melhor maneira de fazer arte é pegar o violão e sair à rua"

Ligia Tripa

Durante esses 25 anos muita gente que, atualmente, tem projeção nacional, passou por Brasília. Oswaldo Montenegro, Léo Jayme, Eduardo Dusek e Nei Matogrosso são exemplos de artistas que encontraram o sucesso nos pólos Rio-São Paulo.

"Brasília convida a caminhar e a melhor maneira de fazer arte é pegar o violão e sair à rua indo de bar em bar", diz um dos integrantes do grupo brasiliense Liga Tripa, cujos componentes se conheceram nos festivais realizados aqui nos anos de 68 e 69, se reunindo em 79 com este nome. O grupo tem como característica marcante fazer apresentações noturnas pelos bares da cidade como "nômades", procurando um contato maior com o público.

O Liga Tripa busca uma independência dos meios convencionais. São apresentações mais "soltas" numa cidade como Brasília, onde perdura um clima de formalidade e poder.

TEATRO

"O movimento teatral hoje é assegurado pela comunidade"

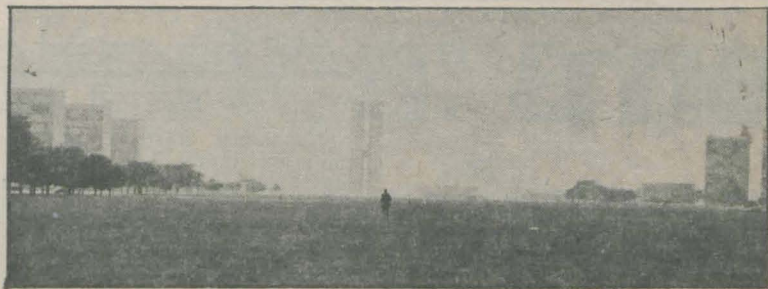
Fernanda Mee

de João Antônio como assessor de teatro na Fundação Cultural, que abre espaços de trabalho e promove encontros teatrais com todos os artistas do eixo Rio-SP que vêm a Brasília apresentar trabalhos.

João Antônio sai da FC. A associação se desarticula. Cada um vai para o seu lado e novamente cai o movimento teatral. Na opinião de Fernanda essas quedas se devem ao fato de que a cidade era muito jovem e o caráter amadorístico do teatro brasiliense da época gerava uma fragilidade e maior espaço para que fosse cobido.

A própria Fernanda mudou-se de Brasília para o RJ em 1975, só voltando em 1980. Da seqüência ela não sabe detalhes, só "de ouvir falar". Depois da última queda nunca mais houve uma desarticulação total. Novas pessoas e novos grupos surgiram, como Hugo Rodas e o grupo Pitu, e daí surgiram a 2ª geração com Guilherme Reis e a 3ª com Fernando Villar. "Hoje não tem mais essa de 3ª geração, tá todo mundo misturado, o que dá maior consistência ao movimento teatral".

Na opinião de Fernanda Mee, hoje há de fato um movimento teatral na cidade, não só porque o teatro candango tem mais história, mais experiência, mas pelo fato de que a comunidade que assegura a sua sobrevivência tem mais consistência, está mais madura. (Suzy Sobral)



Mais de 500 processos sobre legislação trabalhista em tramitação no Congresso Nacional; duas greves realizadas — a inédita paralisação dos motoristas de ônibus de Brasília e a dos metalúrgicos do ABC — e inúmeras outras em ebulição; o impasse político em torno da fixação do novo salário mínimo; a necessidade absoluta de mais empregos. O agravamento das relações entre patrões e empregados está transformando o problema trabalhista na grande questão nacional, o calcanhar-de-aquiles da crise econômica da Nova República. Para enfrentá-lo, Tancredo Neves e sua assessoria econômica propuseram um indefinido **Pacto Social**, que, apesar de não ter sido implantado, já está gerando enorme polêmica. O **Campus** entrou nessa discussão, ouvindo representantes dos trabalhadores, do governo e especialistas na área trabalhista. Os empresários infelizmente ficaram de fora pela falta de boa vontade em colaborar, bastante sintomática, aliás.



Pacto social, a solução que pode virar problema

A recente tendência brasileira à celebração de pactos sociais significa uma tentativa de comunhão de esforços — e acima de tudo de sacrifícios — entre os diversos setores da sociedade, a fim de se enfrentar a recessão, o desemprego e a inflação, componentes habituais e inimigos comuns em qualquer crise. A apresentação de uma proposta de pacto feita por Tancredo Neves em meados de 1984 não foi mera coincidência, e se justificou pela eficácia comprovada desta prática que remonta ao século passado, mais exatamente a 1899, ano em que foi firmado o célebre "Convênio de Setembro" na Dinamarca.

Apesar da conveniência e da

necessidade **concentração social** — contexto geral em que inserem os pactos sociais — o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Carlos Coqueijo Costa, assegura existir um grave fator desfavorável à consolidação de um pacto no Brasil, que seria a falta de disposição de empregados e empregadores em admitir uma discussão que deságue num consenso. "É imprescindível o desarmamento de espíritos nos segmentos envolvidos. Se não houver um arrefecimento, uma certa transigência, eles jamais se sentarão à mesa. E se sentarem, as discordâncias conduzirão não a um pacto e sim a um **impacto social**".

Coqueijo Costa acredita que o

pacto social constitui-se em uma nova adaptação do conflito capital/trabalho, e não no desaparecimento desta dicotomia, pois, conforme ressalta, "a disputa entre o capital e o trabalho nunca desaparecerá. O sindicalismo é uma arte democrática, a greve um direito também democrático. Não se pode conceber sindicalismo sem greve. Agora, em um pacto, todos estão no mesmo barco social. Se ele afundar por culpa da inflação, do desemprego, todo mundo afunda."

O presidente do TST afirma que muitos pontos da legislação trabalhista precisam ser modificados. No plano processual, ele defende a importância de se ace-

lerar o trâmite das reclamações, nome dado às causas trabalhistas, bem como a diminuição do número de recursos. No plano sindical, Coqueijo considera que não há sindicalismo propriamente dito no Brasil. "O Executivo detém mecanismos que possibilitam desde a intervenção pura e simples, até a sumária destituição de diretorias destas entidades. A intervenção admitida internacionalmente dá-se par via do Judiciário. Um sindicato que, de acordo com a Constituição exerce funções delegadas pelo Estado caracteriza na realidade uma república sindicalista. Sob este aspecto, o Brasil é uma república sindicalista." (Mário César Rosa).

Mínimo atual é passaporte para miséria

Salário mínimo de 490 mil, como propôs a Conclat com o apoio do ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, ou somente um aumento de 100% do INPC como quer o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Mas de quanto precisa um trabalhador brasileiro para viver? Somados os itens essenciais, que são alimentação, habitação, vestuário, transporte e lazer, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), que faz levantamentos sobre o assunto desde 1955, concluiu que um trabalhador brasileiro precisaria de, no mínimo, um salário de 988 mil cruzeiros.

Segundo um dos técnicos do DIEESE, Márcio Pochmann, para se chegar a esta quantia, foi considerado como referencial uma família de dois adultos e duas crianças. Só para alimentação, o DIEESE concluiu que o trabalhador precisaria de 485 mil cruzeiros para uma cesta básica com treze produtos essenciais: carne, leite, feijão, arroz, farinha de trigo (ou mandioca, no Nordeste), batata, tomate, pão, café, banana (ou laranja, no Sul), açúcar, banha e manteiga.

Márcio Pochmann deixa claro que o DIEESE funciona apenas como órgão de assessoramento do movimento sindical, não tendo poder de barganha com o governo. Fornece dados para que os sindicatos possam pautar suas reivindicações. E, ilustrando, Pochmann finaliza: "O salário de 84 representa 50% do salário de 44 anos atrás (ficaria hoje em torno dos 350 mil). Temos o menor salário mínimo da América Latina e a maior jornada de trabalho do mundo. O governo sabe que não podemos sacrificar mais o trabalhador". (Vinícius Dória)

Na Câmara, 500 projetos aguardam na fila

Somente no mês de março, o primeiro de vigência do novo Governo, já foram apresentados ao Congresso Nacional mais de 100 projetos de lei — (6 do PMDB, 2 do PTB, 1 do PDS) — somando-se à supersaturada lista dos mais de 500 processos sobre questões trabalhistas, atualmente em tramitação.

Dessa nova leva, destacam-se o Projeto de lei nº 5.133, do deputado Nelson do Carmo (PTB-SP), que determina seja o valor da remuneração do empregado estabelecido em ORTN, o nº 5.140, do deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), assegurando a autonomia sindical, ao revogar os dispositi-

vos que atrelam o sindicato ao Estado; o de nº 5.162, do deputado Francisco Amaral (PMDB-SP), extinguindo a proibição de greve e sindicalização dos servidores públicos e de entidades paraestatais, e o de nº 5.129, do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), que determina sejam abrangidos pela estabilidade provisória os trabalhadores que se alistarem no serviço militar, os afastados por motivo de saúde e os que estejam a 12 meses ou menos da aposentadoria pela Previdência Social. Para acompanhar todo este fluxo de projetos, foi criado o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), órgão mantido por sindicatos, com a

função de fazer pressão, junto ao Congresso, na defesa dos interesses dos trabalhadores.

A intensa movimentação em torno da questão trabalhista revela que de sua condução depende, basicamente, o sucesso ou o fracasso do pacto social proposto pela Aliança Democrática. A História mostra que os trabalhadores foram sempre os grandes sacrificados na reorganização das forças políticas e constitucionais do país. A única Constituição que falou na participação dos empregados nos lucros da empresa foi a de 1946 e não funcionou, já que este conceito nunca foi transformado em direito efetivo. Amneres Pereira)

Momento ajuda celebração de pacto social

A construção de pactos sociais requer a presença de diversos elementos ou fatores condicionantes. O conselheiro técnico do Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, Efrén Córdova, assinala quatro condições para que o pacto seja efetuado: primeiro que as partes que irão discutir o assunto tenham legitimidade, um segundo fator seria a presença de mecanismos mais ou menos institucionalizados ou de um contexto preestabelecido, terceiro seria a existência de uma disposição favorável ao pacto social e por último a clara identificação dos pontos a serem alcançados com ele.

Efrén Córdova identifica alguns aspectos favoráveis na celebração de um pacto social no Brasil. São eles: o momento de abertura democrática que se vive no País, o consenso generalizado sobre a necessidade de serem efetuadas mudanças no esquema sócio-trabalhista atualmente em vigor e o fracasso das políticas salariais, adotadas anteriormente, para combater a inflação.

Quanto aos aspectos que podem dificultar a negociação do pacto, Efrén Córdova cita o caso da CUT e da Conclat, que não são reconhecidas por lei e a debilidade do sindicalismo no interior das empresas. Ana Paula Araripe).

"Ele mandou dizer que não está..."

Ao tentarmos ouvir o segmento empresarial, não obtivemos a acolhida esperada. Por diversas razões, não conseguimos entrevistar os três empresários que procuramos. O presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Lindemberg Aziz Cury, foi procurado durante três dias consecutivos, mas nunca era "encontrado" em seu gabinete. Segundo suas convites se cretárias, ele estava sempre ausente na Associação Comercial e na Planalto Automóveis. Os outros dois empresários, ou estavam viajando ou não se encontravam nas empresas. E difícil conceber como estes empresários realizam seus trabalhos, já que nunca estão nos seus postos. Mais estranho, é a declaração de que estão dispostos a promover o pacto social no País. Se não foram capazes de ouvir estudantes, certamente não abrirão concessões aos trabalhadores. (Ana Paula Araripe).

Operários x patrões: quem paga o pacto?

A CUT - Central Unica dos Trabalhadores - através de Jacques de Oliveira Pena, da executiva Nacional, manifesta-se contra o Pacto Social, por ele ter como pressuposto a anulação do principal, se não único, meio de pressão dos trabalhadores: o direito da greve. Por seis ou nove meses, como pediu Tancredo, entretanto, numa sociedade em que a vida de um único membro tem o poder de abalar as estruturas organizacionais de mais de cem milhões de pessoas, não faltarão motivos para se declarar que "as greves são inoportunas no momento".

A recente greve dos rodoviários, aqui em Brasília, forçou o governo a se manifestar. O ministro da Justiça da Novíssima Re-

pública declarou que o movimento era provocado por uma "minoria de agitadores". Que os motivos não eram econômicos e sim políticos, visando a "desestabilizar o regime". Como vemos, o discurso da Nova República não é tão novo assim. Ao contrário do que proclamou, a ideia da greve partiu dos próprios motoristas e trocadores, que a fizeram inclusive com a oposição da diretoria de seu próprio sindicato.

A experiência histórica que tivemos com os pactos sociais nos ensinam que eles sempre são propostos quando o movimento sindical ganha força - no sentido de que não usem esta força. O resultado invariavelmente tem sido o arrocho salarial. Isso vale tam-

bém para o caso da Espanha: desde o pacto de La Moncloa (1976) sucessivos pactos se seguiram, tendo como resultado a progressiva diminuição do salário real do trabalhador espanhol na opinião de Mauricio Tragtenberg, professor da FGV e da UNICAMP. O último "Acuerdo Económico y Social" tem a peculiaridade de recordar aos representantes dos trabalhadores que estes devem manter sigilo quanto aos reais termos do acordo. Vale aqui lembrar que a experiência espanhola foi estudada como fonte de subsídios pelos que agora propõem o pacto social brasileiro. Numa realidade inflacionária vinte vezes maior. (Alessandro Gagnor Galvão).

Caça à notícia, uma luta diária

Agências de notícias, guerras, invasões de territórios, terremotos, queda de governos, jornalistas assassinados, desarmamento nuclear, bombas explodindo. Estas são algumas das expressões mais corriqueiras de uma editoria internacional. Através de uma máquina chamada Teletipo, as redações dos jornais são sacudidas a cada minuto com informações que tanto podem chegar da América Latina como da distante Malásia. O Teletipo não pára e apesar do grande fluxo de informações, há jornais que mantêm um ou mais correspondentes no exterior. Isto se justifica, já que nem sempre se pode confiar no que dizem as agências. Além disso, existe a necessidade de se dar uma visão brasileira aos fatos.

Foto de Ulisses Lacava



Conde:
"Dá pra furar o bloqueio"

"O SNI, Serviço Nacional de Informações, coordenava a a concessão de credenciais aos jornalistas"

Durante a década de 70, a imprensa brasileira passou a dar um tratamento especial à cobertura internacional. A censura imposta pelo regime prejudicava o espaço da editoria política-nacional e uma das poucas atividades elogiáveis dos governos militares era a política externa, principalmente a partir do governo Geisel. Os jornais aumentaram o número de correspondentes no exterior. O monopólio das agências do Primeiro Mundo forçava, até então, o consumo de informações tendenciosas e parciais. Desta forma, a imprensa brasileira encontrou um esquema alternativo e complementar de abordar as informações internacionais.

Logo no início da década de 80, a situação se inverteu. Com o agravamento da crise econômica, o custo de manutenção de correspondentes no exterior tornou-se insustentável para as empresas jornalísticas. A censura havia terminado e a cobertura política nacional recuperava espaço e importância. Resultado: a maior parte dos correspondentes no exterior foi chamada de volta ao Brasil.

O jornalismo diplomático se via às voltas com seus antigos problemas: o sigilo quase exagerado com que o Itamarati cerca suas informações e o tendencialismo das agências de notícias, quase todas nas mãos dos Estados Unidos. Alguns jornalistas internacionais, contudo, vêem nestas dificuldades apenas mais um desafio profissional a ser vencido.

Para o jornalista Carlos Conde,

27 anos de profissão — os 10 últimos atuando na área internacional — estas dificuldades obrigam o repórter a estabelecer um relacionamento de amizade e confiança com suas sempre reservadas fontes diplomáticas, sem abandonar sua função principal que é a de informar. Conde nasceu em Santos, São Paulo, onde em 1958 começou a trabalhar no extinto O Diário, dos Diários Associados. Mais tarde, Conde mudou-se para São Paulo, onde trabalhou na Última Hora, "dos tempos de Samuel Wainer", como ele faz questão de ressaltar, e no jornal O Estado de S. Paulo, onde se firmou como editor nacional. Estudioso e interessado na área diplomática-internacional, Conde decidiu transferir-se para Brasília há dez anos, fazendo na época "uma opção financeira desfavorável". Hoje, Conde continua a escrever para O Estado, mas mantém uma coluna diária no Jornal de Brasília. Carlos Conde é advogado formado e foi professor de jornalismo em São Paulo, na PUC.

Humberto Neto, da editoria internacional do Jornal de Brasília, explica que o tipo de relacionamento entre fontes e repórter, nesta área, é algo interessante, mas obriga a um compromisso rigoroso com a verdade. "Tudo o que a gente escreve tem uma repercussão muito grande, às vezes não dentro do País, mas a nível de países e governos", justifica. Humberto Neto é mineiro de Paracatu. Formou-se jornalista pela UnB, em 1972. Sobre sua passagem pela redação do Campus, Neto lembra a liberdade que ha-

via na criação da pauta. Entrou para o Jornal de Brasília quando este foi fundado, em 72. Escreve também para o O Estado de Minas.

EM BUSCA DA INFORMAÇÃO

A nível diplomático, o sigilo que cerca as informações é tradicional. A formação dos diplomatas prevê este grau de reserva, independente de regimes ou países. Segundo Humberto Neto, este esforço em impedir que as informações circulem no Itamarati é compreensível: "Tudo o que diz respeito à política externa está vinculado a países e governos. Se um diplomata diz asneiras, a projeção será bem maior do que se isso acontecesse com um deputado". Carlos Conde, apesar de ressaltar que o relacionamento entre imprensa e Itamarati melhorou muito a partir do governo Geisel (antes sequer havia porta-voz), considera este sigilo quase um exagero, que, por vezes, impede o direito de informar à opinião pública.

A solução de Conde para furar este bloqueio é estabelecer amizade e confiança no tratamento com as fontes diplomáticas: "Se você consegue estabelecer um nível de amizade com esta fonte, de repente, por amizade, que é uma coisa que derruba tudo ou quase tudo, você acaba conseguindo as informações". Mas quando o dever de informar vai de encontro aos interesses de um amigo? Segundo Conde, o profissionalismo e o dever de informar falam mais alto e cita um caso. O ex-chanceler Azeredo da Silveira, em 1979, encontrava resistências do governo americano à sua indicação para a Embaixada do Brasil em Washington. O motivo: seu trabalho no Brasil por uma política externa terceiro-mundista. Se a divulgação desta informação, por um lado era honrosa à figura do ex-ministro, por outro seria prejudicial às suas pretensões de futuro embaixador. Após longa e cordial amiza-

de, o relacionamento pessoal entre Carlos Conde e o diplomata viu-se abalado, mas a informação foi publicada.

Entre receios e reservas, um artifício usado na cobertura internacional é buscar informações confidenciais junto às fontes com o compromisso de jamais publicá-las. É o chamado *off the record*. Através desse recurso, o jornalista conhece a verdade e sabe até que ponto uma outra informação é verdadeira. Este recurso é muito importante para o cruzamento com as informações recebidas pelas agências noticiosas de confiabilidade duvidosa.

Uma dificuldade típica do período de repressão se dava durante as visitas dos generais-presidentes ao exterior. O SNI,

vés de impulsos filosóficos ou ideológicos, mas, sim, por necessidades pragmáticas de busca de mercados alternativos, já que os tradicionais estavam dominados. Mas considera decisiva a participação de diplomatas de uma geração importante, de posições políticas pessoais importantes, que aproveitaram as circunstâncias para estabelecer uma política externa digna, independente e do melhor padrão. Quanto ao futuro, Conde lembra os compromissos democráticos da Aliança Democrática e condena uma simples continuidade da política externa. "Essa política externa tem que ser bastante aprofundada por um governo democrático, senão será apenas uma política externa repetitiva e indigna dos ideais da

"Na época da repressão eles usavam a política externa para desviar a atenção da política interna"

Serviço Nacional de Informações, coordenava a concessão de credenciais aos jornalistas. Dependendo da posição do repórter em relação ao governo, o SNI fazia ou não a concessão. A saída para os não-contemplados acabava sendo conseguir a credencial junto ao governo do país visitado.

AS AGÊNCIAS

A UNESCO (Orgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tem debatido e estimulado a criação de agências de notícias do Terceiro Mundo como forma de corrigir as distorções geradas pelo monopólio, principalmente americano, na distribuição de notícias. Apenas as americanas Associated Press e United Press controlam cerca de 80% do fluxo de informações. Uma experiência semelhante à que sugere a UNESCO já foi tentada, mas acabou sendo incorporada pela britânica Reuters. Tratava-se da Agência Latin.

A iniciativa da UNESCO gerou forte represália. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, os principais ameaçados por esta política, pediram desligamento do órgão da ONU, o que significa uma perda de perto da metade de sua receita.

Tanto Humberto Neto como Carlos Conde confirmam a filtragem e o vício das informações e são favoráveis à criação destas agências. A forma de melhorar a notícia recebida é buscar outros pontos de vista sobre o mesmo tema e, principalmente, fazer checagens. Neste ponto, Humberto Neto é categórico: "As vezes, quando não dá para checar, a gente não escreve. Certas informações que chegam pelo telex estão comprometidas, então ignora-se. O telex é maquiavélico".

A POLÍTICA EXTERNA

Durante o período militar, formou-se quase um paradoxo entre as perseguições políticas a nível interno e o grau de independência da política externa que o Brasil praticava. Dentro do País, o regime autoritário promovia uma verdadeira caça às bruxas por motivos políticos-ideológicos. Lá fora, era o primeiro país a reconhecer a independência e o regime marxista-leninista de Angola, reatava relações diplomáticas com a China comunista e condenava o sionismo na sede das Nações Unidas.

Segundo Carlos Conde, essa política foi estabelecida não atra-

Nova República".

Humberto Neto lembra que havia um consenso nacional em torno da política externa naquela época, mas é mais pessimista a respeito: "Eles usavam a política externa para desviar a atenção da política interna. Os jornalistas tinham consciência de que o governo estava usando a política externa e procuravam deixar isto claro no que escreviam. Combati a unanimidade. Unanimidade e mediocridade estão muito próximos".

Um reatamento das relações do Brasil com Cuba é a notícia que ambos os jornalistas mais gostariam de publicar hoje. Para Carlos Conde isso é questão de tempo. No momento, a ideia é inoportuna porque a Nova República ainda não está em fase de implantação e pela situação emocional da nação desde a posse de Sarney, ao invés de Tancredo. Num outro momento, esta ideia vingará.

Se a política externa sempre teve certa independência, porque este reatamento ainda não se deu? Conde aponta duas razões: um fantasma que rondava os quartéis, lembrando que guerrilheiros brasileiros foram treinados em Cuba para lutar contra a Revolução de 64, e a pressão norte-americana.

COBERTURA DE GUERRA

Outra faceta da reportagem internacional é a cobertura de guerra em que o jornalista soma às dificuldades normais um outro tipo de risco. Se o resultado da mistura entre medo e profissionalismo dá um toque de emoção ao trabalho, altera também o quadro emocional do repórter. Pouco antes da queda do ex-ditador Anastácio Somoza, o clima na Nicarágua era tão tenso que não eram poucas as manhãs em que surgiam calças sujas na lavanderia do hotel dos jornalistas. O relato é do jornalista e correspondente de guerra da TV Globo, Sérgio Motta Mello, em entrevista na época.

Para Humberto Neto, este tipo de cobertura não dá o menor prazer. Convidado pela Embaixada do Irã para visitar aquele país, Humberto teve a chance de ir até o front da guerra Irã-Iraque, distante 900 km de onde ele se encontrava. "Não tenho vocação para herói", afirma Neto. (Adalberto Passos, Marina Godol, Fabrício Marques, Ellamara Brandt, Flávio Silveira, Nina Valle e Cynthia Rosa)

150 espécies de pássaros se refugiam no campus da UnB

A UnB é uma verdadeira ilha ecológica dentro de Brasília. Ne-la existem fauna e flora características da Região Centro-Oeste, abundantes e praticamente intocadas. Para encontrar, por exemplo, um macaquinho de colar, um papagaio ou um gavião não é preciso andar muito: eles estão nos jardins, nas pequenas matas que cercam a Universidade e, principalmente, no Centro Olímpico. O Departamento de Biologia utiliza, desde 1981, essas áreas para realizar suas pesquisas com aves. O coordenador dos trabalhos é o professor Roberto Brandão Cavalcanti, formado em Biologia Molecular, pela UnB, e doutor em Ecologia pela Universidade de Montreal, Canadá.

Nesses quatro anos foram concluídos cinco trabalhos, sendo que quatro deles foram apresentados em congressos. Os trabalhos sempre são desenvolvidos por um ou dois alunos, estagiários de graduação da Biologia ou pós-graduados, que elaboram suas teses com base nas pesquisas. Segundo o professor Roberto Cavalcanti, isso colabora de forma decisiva para o aprendizado.

As pesquisas têm como objetivos principais observar como o

Campus Universitário é utilizado pelos animais e como o cerrado existente no CO colabora para a manutenção da fauna existente. Um ponto destacado pelo professor é que "devem ser mantidas dentro da UnB áreas de vegetação original da região, visto que elas atuam como um verdadeiro refúgio dos animais. Prova disso é que numa superquadra existe, no máximo, 20 espécies de aves. Aqui na UnB, você encontra mais de 150 espécies".

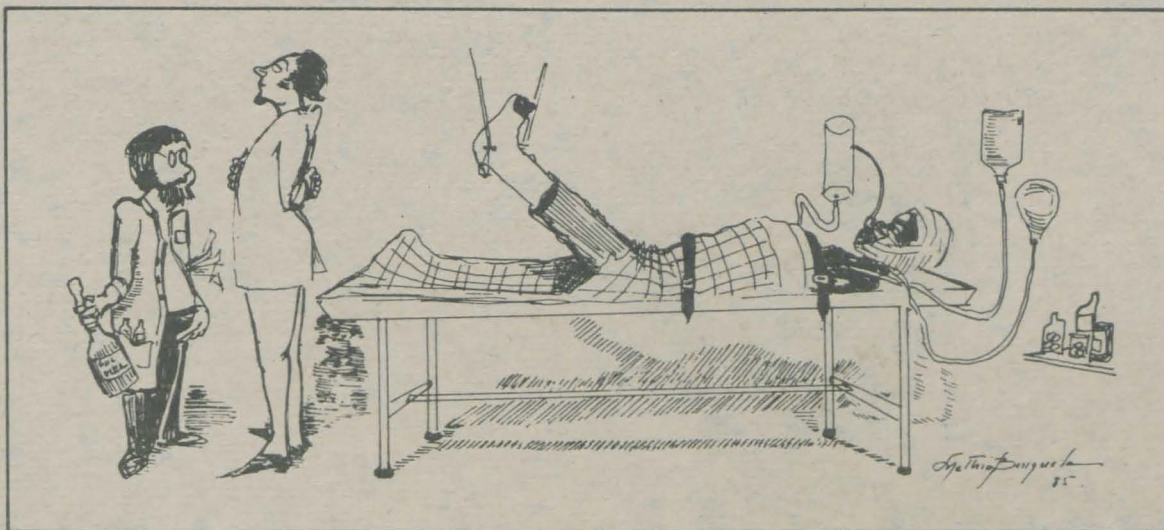
CUSTOS

O desenvolvimento de uma pesquisa dessa natureza dura em média seis meses. Elas são financiadas por agências e se comparadas com pesquisas de outras áreas têm custo bastante baixo: 2 milhões. Uma vez adquirido o material permanente, que pode ser usado durante vários anos, esse custo é reduzido a despesas com transporte e mão-de-obra, o que equivale a um salário mínimo por mês. "A administração Central da Universidade vem colaborando com a iniciativa, mas de maneira insatisfatória", conclui o professor Roberto Cavalcanti. (Afonso Cozzolino, Carlos Augusto de Amorim Dutra e Joyce Russi).

Foto: Nicolau El-Moor



As pesquisas com pássaros são vitais para o aprendizado dos alunos



Homeopatia versus alopatia. Qual é o melhor caminho?

Se levarmos em conta que as doenças do ser humano são fruto dos desajustes sociais, concluiremos que o mundo é habitado por doentes. O Brasil então que está entre os países de maiores índices de fome, de favelas, de homens sem direitos políticos que é, enfim um lugar onde o homem brasileiro não tem direito de usufruir os benefícios advindos de sua força de trabalho. Uma sociedade competitiva e individualista como esta traz em consequência médicos, clínicas, ou hospitais, uma representação de poder e de competição. Dentro desta relação se o doente tem dinheiro pode ser tratado, senão, morre.

Esta relação entre homem e sociedade tem se refletido entre a medicina e o homem, muitas vezes de forma brutal. A alopatia, medicina de massa em nosso país, é a medicina que toma o homem e o divide em partes para tratamento, esquecendo que as partes fazem parte de um organismo e que não podem ser vistas separadamente.

HOMEOPATIA

A homeopatia, diferente da alopatia, propõe um tratamento por inteiro. O homeopata Alexandre Jorge Saliba diz que "a homeopatia tem uma ação muito peculiar, pois ela age na concepção básica do indivíduo e não na doença. No caso de uma infecção ela não tem ação nenhuma sobre a bactéria e

toda ação é concentrada em fazer com que o organismo que está submetido ao processo infeccioso recoloca novamente as suas forças de ação imunológica".

No caso da alopatia o tratamento é feito de forma a combater a bactéria, com uma das armas mais poderosas na mão de um médico, que se chama antibiótico. O antibiótico é uma arma poderosa mas não é definitiva. "Nem tudo se cura com remédios", como diz o alopata David de Souza Geracy. "mas o paciente vem ao médico e exige remédio. Algumas vezes o médico cede, como na maioria dos casos de gripe, e receita alguma coisa". Para o alopata David o homem criou uma dependência com os remédios e não aceita sair de uma consulta sem uma receita.

INTERNAÇÃO

Outro sacrifício por qual o paciente passa é quando este tem de ser internado. Os hospitais colocam os pacientes isolados entre quatro paredes, quando não entulhado num corredor cheio de doenças diferentes e os deixa sem contato com a vida e com os entes queridos. Segundo o alopata David, "este é um tributo que o paciente lúcido tem que pagar".

Esta na hora da medicina tomar consciência de que ela existe para beneficiar o homem e não para torturá-lo. Na Grécia Antiga

os doentes se curavam quando eram colocados em contato com a natureza. Num estudo intitulado *A Medicina Natural na Grécia Antiga*, J. Posadas (1912-1981) dirigente teórico e político, conclui que "os hospitais e os sanatórios em geral devem ser instalados em pleno contato com a natureza e não muito longe das cidades. Dessa forma se estabelece um ambiente que permite ao enfermo concentrar sua preocupação, fazendo com que a mente funcione de tal forma que vai desenvolvendo uma série de estímulos e impulsos que depois ajudam na cura. Então vai se estruturando um desenvolvimento harmonioso que não se dá fora, mas através da vida normal, das notícias, do cinema, do rádio, das lutas políticas. A medicina atual, erradamente, estabelece uma separação. Não por má intenção do médico, mas pela concepção da propriedade privada".

E preciso criar uma consciência coletiva de que as duas medicinas — homeopatia e alopatia — devem integrar, antibióticos combatendo diretamente as bactérias e o remédio homeopático proporcionando ao organismo debilitado novas condições de reajuste a essa situação nova. E não desligar o homem do mundo em que vive, pois é para este mesmo mundo que ele volta quando sai das quatro paredes. (Rejane Pretti e Ivan Brscan)

Biologia luta por Museu de História Natural

Foto: Nicolau El-Moor

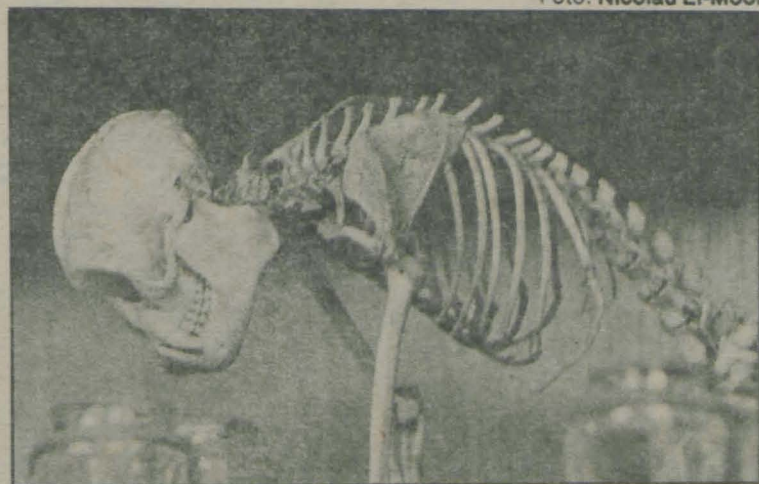
O Plano Diretor de criação da Universidade de Brasília, prevê a existência de um Museu de História Natural, para atender aos alunos e professores dos Departamentos de Biologia, Agronomia, Geologia, Florestal e Medicina. Nesse Museu haveria espaço para coleções científicas de todas essas áreas e também material antropológico, além, é claro, de áreas para estudos, pesquisas, exposições e debates.

No entanto, o que se tem hoje na UnB são pequenas coleções isoladas. Cada Departamento ou professor tem algumas peças, normalmente mal conservadas e instaladas. No Departamento de Biologia, por exemplo, funciona o chamado Museuinho. Trata-se, na ver-

dade, de uma coleção de peles e esqueletos de animais da fauna brasileira, principalmente do cerrado, coletada e conservada para estudos zoológicos.

Segundo o professor Roberto Brandão Cavalcanti, responsável por esta coleção, "a criação do Museu da Universidade de Brasília é essencial, porque não existe um Museu da região do cerrado, como há, por exemplo, grandes Museus no Rio de Janeiro e em São Paulo. É verdade que esses Museus de lá possuem coleções do cerrado, mas não especificamente". Se for levado em conta que o cerrado compreende uma área de um milhão de quilômetros quadrados de território brasileiro, esse fato é muito grave.

Otimista com a mudança da administração da UnB, o professor Cavalcanti diz que o Departamento de Biologia está preparando um novo pedido, no sentido de reativar o projeto de criação do Museu. No passado, vários pedidos foram enviados à Reitoria, mas não foram respondidos. O professor Roberto Cavalcanti espera contar com a solidariedade não só dos demais Departamentos da UnB, mas também de toda a comunidade, uma vez que "o Museu não tem apenas a função de dar abrigo aos cientistas. Tem, antes de tudo, a obrigação de levar ao público o conhecimento da região". (Joyce Russi, Afonso Cozzolino, Carlos Augusto de Amorim Dutra)



As peças que existem hoje na UnB estão mal conservadas e instaladas

Foto de Hérclo Vieira



Fiz a caminhada de retorno
às raízes ancestrais.
Voltei às origens da minha vida,
Escrevi o "Cântico da Volta".

Assim devia ser.
Fiz um nome bonito de doceira,
glória maior.
E nas pedras rudes do meu berço
gravei poemas.

(do poema "Semente e Fruto", in *Vintém de Cobre*)

Foto de Luiza Venturelli



*Cora
Coralina*